

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Director: Samuel Thirion

Distribuição Gratuita | Novembro | Nº 2



3 a 5 Actividades da Célula ■ 6/7 Tudo por amor à arte

10 Novos instrumentos financeiros, novas perspectivas ■ 15/16 "Outras mediações Estado/sociedade. As parcerias no programa LEADER". Entrevista com a autora

Maria do Rosário Serafim ■ 19 Apelo de Siracusa ■ 20 Produtos e produtores. A Casa do Risco

A articulação entre o local e regional e as ligações ADL/ADR.

Primeiro Caderno temático da Célula de Animação ■ Páginas centrais



Foto: Paula Santos

a abrir...

À medida que avançamos na publicação do Jornal de Animação da Rede Portuguesa, este vai evoluindo e encontrando, progressivamente, a sua forma mais adequada, para ser, ao mesmo tempo, um espaço de ligação entre os grupos LEADER, de informação, de reflexão e de opinião e, ao mesmo tempo, de promoção do programa LEADER e do mundo rural, de conhecimento das pessoas e dos lugares do mundo rural, como o seu nome indica.

A diversidade das rubricas foi pensada neste sentido, incluindo informação sobre as actividades da rede LEADER e da Célula de Animação, informação mais geral, (LEADER nos outros países, etc.), reflexão e opinião (fala quem quer, conceitos e preconceitos, textos sobre o desenvolvimento local) e artigos apresentando pessoas, projectos e/ou produtos locais de particular interesse. Além destas rubricas estamos a pensar introduzir uma nova rubrica de informação geral, chamada "do local ao global" que aparecerá a partir do número 3. Esta rubrica pretende divulgar informações sobre eventos de carácter mundial que têm grandes implicações para o desenvolvimento local em meio rural, mas que são, geralmente, desconhecidos dos actores locais e dos técnicos do desenvolvimento. É o caso, por exemplo, das negociações que estão a

decorrer neste momento na Organização Mundial do Comércio (OMC), nas quais está a ser definida uma lista de produtos locais e regionais que poderão beneficiar de um regime especial em termos de comércio internacional (produtos da "caixa verde" e da "caixa azul"). Outro exemplo é a evolução das negociações sobre o Acordo Multilateral para os Investimentos (AMI) que também terá grandes implicações para o desenvolvimento rural.

Com este número 2 do jornal aparece também pela primeira vez, como suplemento, um "caderno temático". Este novo produto tem características bastante diferentes do resto do jornal. Trata-se de um trabalho de análise mais aprofundada sobre um tema de particular interesse. De acordo com o programa previsto pela Célula, haverá cerca de 15 dossiers ou cadernos temáticos ao longo dos 3 anos de actividade, que serão publicados no jornal de animação da rede LEADER II.

De acordo com a filosofia da Célula, os temas abordados nestes cadernos são temas que surgem das actividades de animação (encontros de proximidade, oficinas de troca de experiências, sessões de formação, seminários, etc.) ou que foram indicados de particular interesse pelos grupos LEADER. A metodologia para elaborar estes cadernos apoia-se também sobre o trabalho directo com os grupos LEADER, de molde a que não sejam só dossiers técnicos e de informação, mas também reflectam as opiniões e reflexões das ADL que participaram no trabalho, e que sejam, sempre que possível, a expressão pública do trabalho desenvolvido com as ADL.

Neste primeiro caderno, o tema abordado é a articulação entre o local e o regional e a ligação entre as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) e as Agência de Desenvolvimento Regional (ADR), tema que foi apontado como da maior importância por várias ADL. Este caderno foi constituído essencialmente a partir de um inquérito lançado no mês de Agosto junto a todas as Associações LEADER e que obteve

19 respostas, com o complemento de informações divulgadas pelo projecto IQADE. Tentámos reflectir, o melhor possível, as informações e opiniões apresentadas pelas ADL. No entanto, sendo um primeiro caderno, é ainda experimental a metodologia utilizada. Daí que poderá ser ainda pouco satisfatória e levar a interrogações, quer sobre a forma, quer sobre alguns elementos do conteúdo. É importante para nós obter as vossas reacções, porque elas nos permitirão afinar a metodologia de elaboração destes cadernos.

É claro que a natureza e a função que se pretende dar aos cadernos temáticos é muito diferente dos cadernos do Observatório Europeu LEADER. Além de abordarem um tema específico do nível nacional, pretendem ser mais instrumentos de troca de ideias e de reflexão do que dossiers técnicos já muito elaborados sobre um tema. Por outras palavras, pretendem ser, antes de mais, elementos de apoio à animação em rede.

Neste sentido, devem ser considerados mais como um ponto de partida sobre o tema abordado do que como um ponto de chegada. Assim, esperamos que as informações e opiniões sintetizados neste primeiro caderno temático possam alimentar um debate de grande interesse para o desenvolvimento local e regional, debate hoje de plena actualidade.

É também pela natureza que se pretende dar a estes cadernos temáticos que se escolheu publicá-los como suplementos do Jornal de animação da rede, procurando assegurar uma difusão bastante ampla. Aqui também, as reacções e contribuições dos leitores do jornal são da maior importância para avaliar se a escolha feita foi boa e afinar a forma dos cadernos e a sua metodologia de elaboração.

Samuel Thirion

i informações

Decorrerá no dia 29 de Novembro, em Bruxelas, uma jornada de informação sobre o INTER-REG III, organizada pela Comissão Europeia. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas junto da INDE/CAL.

Decorrerá nos dias 11, 12 e 13 de Novembro, em Eymoutiers (França), um seminário organizado pelo Observatório Europeu LEADER sobre o tema « Acolhimento de novas populações em meio rural » (línguas do seminário: Espanhol, Francês e Inglês). Tendo em conta a importância do tema para o futuro das zonas rurais, a Célula de Animação Portuguesa pretende dedicar alguns artigos sobre experiências relevantes em Portugal referentes a este tema no próximo número de «Pessoas e Lugares».

ainda o número 1

No último número do Jornal publicámos uma notícia sobre a reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento nos Açores, realizada entre 4 e 10 de Julho.

Nessa notícia não foi referido o óbvio. Esta 6ª Comissão Nacional de Acompanhamento foi organizada pela Comissão Nacional de Gestão do Programa LEADER, desta vez com a parceria dos Grupos dos Açores.

Por outro lado, foi referido que foi definido "como orientação nacional atingir os 95% de aplicação do Programa a 31 de Outubro", quando o que se deveria ter escrito é que o compromisso assumido foi o de atingir naquela data "95% de comprometimento do Programa".

As nossas desculpas pela omissão e pela incorrecção.



ADRIL | Foto: Paula Santos



ADRIMINHO | Foto: Paula Santos

Encontro de Proximidade do Minho

O Minho é diferente. O verde domina por completo a paisagem e os cheiros, intensos, mudam a cada curva. As videiras assaltam as estradas em geométricas latadas e, lá mais ao longe, o milho acena-nos com a bandeira. (Longe vai o tempo em que esta fazia parte da dieta dos bovinos da região). É impossível visitar o Minho e ficar indiferente a tanta beleza. Foi o que aconteceu à equipa da Célula de Animação.

O itinerário traçado não obedeceu, no entanto, aos percursos sugeridos pelos guias turísticos mas tão somente ao programa para a realização do 6º Encontro de Proximidade.

Os três dias (6, 7 e 8 de Setembro) previstos não permitiram muito mais que o programado mas ainda assim as surpresas foram muitas.

O passeio pela região começou pela cidade-pátria de D. Afonso Henriques – Guimarães, onde a Célula de Animação foi recebida por um GAL constituído unicamente por mulheres. A história é fácil de contar. A Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave – SOL-DO-AVE, começou por ser uma ILE criada por cinco mulheres recém-licenciadas. Hoje, é uma associação de desenvolvimento com grande peso na zona, que apesar de muito industrializada, tem importantes núcleos rurais, segundo a sua coordenadora, Mafalda Cabral. O LEADER veio depois.

À tarde, Ponte de Lima. Uma paragem obrigatória em qualquer itinerário. A ADRIL – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima fica numa das mais emblemáticas praças de Ponte de Lima, a Praça da República. Descobri-la, por ruelas estreitas e curtas, onde o granito é o elemento unificador, foi um passeio agradável. A Ponte dos Arcos, hoje mais conhecida por Ponte Velha, continua a ser uma referência indissociável desta vila. Na ADRIL, ao contrário da SOL-DO-AVE, o GAL é composto unicamente por homens. Três homens que têm vindo a apostar nas potencialidades da região, através da implementação de um ambicioso projecto turístico, onde a palavra-chave, nas palavras do coordenador desta associação, Francisco Calheiros, é o património.

No dia seguinte, não foi difícil encontrar a ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, em Vila Verde. O GAL é composto por quatro técnicos a tempo inteiro com áreas de actuação específicas. Embora todos eles conheçam o território na sua globalidade. Esta é, segundo José Mota Alves (coordenador do GAL e presidente da direcção), a estratégia da ATAHCA.

A visita à ADRIMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho aconteceu, tal como estava programado, nessa tarde. A coordenadora do GAL, Ana Paula Xavier, de férias, entregou ao técnico Henrique Tavares a tarefa de receber a Célula de Animação.

No dia seguinte, de malas feitas, a equipa da Célula de Animação, deixou para trás Caldelas, onde ficou alojada, e partiu rumo a Vila Verde, onde a ATAHCA, a associação anfitriã, aguardava os participantes deste 6º Encontro de Proximidade.



ATAHCA | Foto: Paula Santos

Depois de uma breve apresentação, pois todos se conhecem, a ADRIMINHO deu início aos trabalhos.

Henrique Tavares apresentou duas iniciativas. Uma em que a ADRIMINHO foi a única entidade promotora, a criação da Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, e um projecto de turismo de aldeia, a "Branda da Aveleira", apresentado à associação por oito proprietários da freguesia da Gave, concelho de Melgaço. O primeiro fruto do trabalho de animação do GAL consistiu em criar e instalar uma organização de Produtores Florestais que representasse todo o território do Vale do Minho e contribuisse para apoiar os seus associados e a comunidade em geral na gestão florestal, e, o segundo, uma experiência onde o desafio é simultaneamente uma dificuldade, nas palavras do técnico, tem por principal objectivo a recuperação de nove casas situadas na branda da Aveleira, para alojamento turístico. Em causa está, simultaneamente, a preservação de um património histórico e cultural único na região. Neste momento, cinco das nove casas, estão em fase de conclusão de recuperação e estarão prontas para receber hóspedes até final deste ano. Quer um quer outro são, no entender desta associação, exemplos vivos de experiências bem sucedidas e encorajantes do Programa LEADER no Vale do Minho.

Mafalda Cabral, da SOL-DO-AVE, referiu a "Festa das Colheitas" em S. Torcato como uma experiência positiva a todos os níveis. Sobre tudo ao nível dos efeitos provocados. Por exemplo, a mobilização da população e o valor pedagógico da iniciativa. Um exemplo de uma iniciativa onde o investimento é pequeno e os efeitos enormes. "É difícil, senão impossível, apresentar num relatório esta componente."

A técnica da SOL-DO-AVE fez referência ainda a um projecto onde, mais uma vez o investimento não pesou muito, mas que teve uma grande repercussão na população da freguesia de Pedraldo: o apoio à criação de uma associação de artesãos locais. Como exemplo de projecto mal sucedido, Mafalda Cabral apontou a tentativa (ou melhor, duas ao longo de um ano) de fazer formação na área da restauração em toda a zona de intervenção da associação. Das várias tentativas só



SOL-DO-AVE | Foto: Paula Santos

ouviram dos potenciais formandos "nãos". Até que desistiram e redireccionaram a acção para a formação na área do alojamento turístico.

Da ADRIL, referência para a iniciativa conjunta com a ADRIMINHO e a ATAHCA, "Aldeias de Portugal" e, ainda, o projecto dos "Centros Cívicos". O primeiro já é sobejamente conhecido mas Francisco Calheiros fez questão de referir que a ADRIL foi precursora do turismo de aldeia no nosso país e foi, inclusivamente, autora da legislação sobre esta matéria em Portugal.

Nos "centros cívicos", através da recuperação de espaços de utilização colectiva nas aldeias, conseguiram-se criar lugares que concorrem para aumentar a auto-estima das populações.

José Mota Alves "pegou" na Mostra do Mundo Rural como exemplo das dificuldades que (ainda) existem em trabalhar em grupo, e na Associação Pedras Brancas para evidenciar o papel da associação, junto de pessoas como a Sra. Maria Adelaide, responsável pela criação e funcionamento desta associação de artesãos e que consegue mover toda a freguesia, apesar dos ossos começarem a lembrar a idade. A Associação Pedras Brancas é um centro social, é uma loja de artesanato, é um posto de venda, é um centro de acolhimento de jovens, e é tudo para a Sra. Maria Adelaide. Neste caso, tal como em outros apresentados por outras associações, o apoio financeiro nem é o factor mais importante. Isso tem acontecido pontualmente e os valores nem são relevantes. O que aqui importa sublinhar, segundo o coordenador do GAL, é a colaboração diária dos técnicos da ATAHCA e desta mulher; uma verdadeira agente de desenvolvimento local.

Todas estas experiências vão voltar à mesa para uma discussão mais pormenorizada, e alargada a outras associações de desenvolvimento local que queiram participar, na Oficina de Troca de Experiências deste grupo a realizar nos dias 29 e 30 de Novembro no Solar do Alvarinho em Melgaço.

Paula Santos

Oficina de Troca de Experiências (Serra da Estrela)



Foto: Paula Santos

A equipa da Célula de Animação voltou à Serra da Estrela para efectuar a 2ª Oficina de Troca de Experiências e, embora não fazendo parte do programa, subir à Torre.

Nesta altura do ano, a neve não faz parte da paisagem mas ainda assim o cenário não deixa de ser impressionante. A caminho do ponto mais alto da Serra, a cada curva as figuras mudam mas o cenário, agreste e simultaneamente belo, permanece. Parece magia.

Sem a neve a camuflar, os penhascos impõem-se pela sua negritude, e os planaltos salpicam de verde, aqui e ali, a montanha.

O Hotel Serra da Estrela, nas Penhas da Saúde, muito procurado no Inverno, ofereceu aos participantes a tranquilidade e condições necessárias para dar sequência ao trabalho iniciado no Encontro de Proximidade pelas cinco associações desta região. O local, proposto pela ADERES (a associação acolhedora), ganhou a aprovação de todos os participantes, especialmente daqueles que lá pernoveram.

A cerca de 1500 metros de altitude, à volta de uma mesma mesa, estiveram, entre técnicos da Célula de Animação, membros dos GAL das associações envolvidas e convidadas (nesta condição estiveram presentes o coordenador e um técnico da TERRAS DE SICÓ e a coordenadora da PINHAL MAIOR), um técnico da CNG LEADER (Guilherme Lewes), e da DRABI (Álvaro Moura), 19 pessoas. Para além dos contributos que cada um deu para o debate em torno das experiências apresentadas, estes dois dias permitiram, ao mesmo tempo, dar um passo em frente na construção de uma rede de proximidade entre indivíduos com sensibilidades e interesses comuns. Para além do programa ficam ainda na memória alguns momentos de convívio e descontração que conferem a estes encontros um carácter informal, e por vezes, até divertido.

No primeiro dia (13 de Setembro) as associações RUDE e ADERES preencheram a manhã, e a ADRUSE a tarde. No segundo e último dia, a PRÓ-RAIA e a ADRACES esgotaram o período das 9 às 13, e, depois do almoço, extraíram-se conclusões e identificaram-se os temas da próxima acção deste grupo: a formação.

De referir ainda que todos os projectos introduziram ou levaram a questionar conceitos usados muitas vezes mas cujo significado nem sempre é conhecido.

A ordem de apresentação das experiências foi determinada por sorteio, à excepção da RUDE que a pedido do presiden-

te da direcção, Carlos Alberto Pinto, por motivo de agenda, deu início aos trabalhos, apresentando o projecto seleccionado: as "Termas de Unhais da Serra".

Existem desde o século XVIII, mas este recurso endógeno (endógeno: um termo muito utilizado nesta Oficina e que foi, finalmente, esmiuçado, para quando o voltarmos a ouvir, ou usar, já sabermos o que significa) da região nunca foi bem aproveitado. A RUDE entra em acção na fase crítica das termas: o seu encerramento. A ideia de recuperar as termas não era nova mas foi com o LEADER que

ganhou forma e conteúdo. Feito, existia um estudo da situação realizado pelas Universidades da Beira Interior e de Aveiro, elaborado durante o período em que as termas estiveram encerradas (oito meses); por fazer, muito: infraestruturas, acessibilidades e requalificação das termas e de toda a área envolvente. Um investimento de quase 17.500 contos, dos quais 10 mil LEADER.

À volta dos números gerou-se alguma controvérsia mas foi sobre a questão da exemplaridade ou não deste projecto que se registou um momento de verdadeira discussão.

Clara Ramos, nesta altura já sem a companhia de Carlos Alberto Pinto, foi alvo de várias perguntas dos participantes e a todas conseguiu dar uma resposta, defendendo até ao fim o "seu" projecto.

A ADERES optou pela área das novas tecnologias porque, segundo as palavras do coordenador desta associação, José Armando, é por aqui que passa o desenvolvimento no futuro. O objectivo da "Rede Telemática Estrela-Sul" é criar uma rede (telemática) de estações locais nas 18 freguesias da zona de intervenção da associação. Neste momento, seis freguesias já estão em rede. Uma ideia, duas acções: as novas tecnologias no espaço rural e a criação de uma rede de equipamentos sociais. Nas "Novas Tecnologias no Espaço Rural", para além da instalação de uma Rede de Estações Locais (rede telemática), existem outros projectos interligados: a Formação Informática para a Telemática, a "Caravana da Formação" e as Actividades Lúdicas e Ocupacionais. Um conjunto de iniciativas promovidas por várias entidades locais que trabalhando em parceria dão forma e conteúdo à ideia inicial.

A implementação de uma rede de estruturas e equipamentos de apoio à melhoria da qualidade de vida das populações também obedece a uma concepção de complementaridade de actividades promovidas por diferentes entidades. A maioria encontra-se ainda em fase de execução mas José Armando considera que a maior dificuldade (vencer as barreiras) já foi ultrapassada.

A ADRUSE arriscou um projecto da área ambiental: "O Parque Biológico de Gouveia". João Paulo Agra, coordenador do GAL, justifica a escolha da ADRUSE lembrando que neste parque está instalado um centro de recuperação de aves (só existem mais dois no país) e que só por isso já constitui um marco na área da educação ambiental.

Trata-se de um projecto promovido pela Câmara Municipal de Gouveia que visa a preservação e valorização de espécies ani-

mais e vegetais em vias de extinção, a sensibilização ambiental e levar mais visitantes a Gouveia colocando o Parque Biológico no roteiro turístico da região. Com a exposição da ADRUSE a questão da exemplaridade voltou à mesa, desta vez com a introdução de duas novas palavras: típico e atípico.

O exemplo da PRÓ-RAIA, o "Arco do Jarmelo", é também, melhor dizendo, um conjunto de várias acções implementadas a nível do património histórico e arquitectónico. Foi mais ou menos com estas palavras que Paulo Marques, o coordenador do GAL, deu início aos trabalhos no segundo dia.

O Jarmelo é uma zona que abrange cinco freguesias do concelho da Guarda onde existem ruínas do Castro com o mesmo nome, e é um local com referência obrigatória nas páginas da história dos amores entre Dona Inês e D. Pedro.

A ideia de revitalizar este espaço cultural e histórico nasceu da vontade conjunta da Câmara Municipal da Guarda e da associação PRÓ-RAIA com o objectivo de promover a região.

Um trabalho que levou à mobilização das Juntas de Freguesia da área de intervenção e outras entidades locais. A articulação de vários instrumentos financeiros, através da qual foi possível avançar, faz deste projecto, segundo alguns dos presentes, um bom exemplo de projecto LEADER.

Ainda antes do almoço e a fechar as apresentações de projectos, António Realinho, da ADRACES, expôs uma experiência-exemplo, um projecto relevante na área da cooperação entre territórios: a Associação LA RAYA/A RAIA.

Oficializada em 1996, LA RAYA/A RAIA foi o resultado de cooperação entre associações de desenvolvimento portuguesas e espanholas situadas em ambos os lados da fronteira: Beira Interior Sul de Portugal e a Estremadura Espanhola. Os objectivos traçados, favorecer a proximidade de duas regiões divididas pela história; mobilizar os actores locais e os poderes locais e nacionais em torno de projectos transfronteiriços; promover uma identidade territorial comum, e criar uma nova centralidade como resposta ao sentido da periferia, foram a expressão da forte vontade de assegurar a continuidade das relações de cooperação. Para ilustrar esta ideia António Realinho acrescentou que entre o primeiro protocolo de cooperação (Maio de 1993) e a oficialização da associação passaram quase três anos e, no entanto, apesar de não haver cooperação durante esse longo período de tempo, a vontade de continuar prevaleceu.

A cooperação é, para António Realinho, "um processo alargado e não um acto em si. E é, muitas vezes, mal entendida. Não é uma mais-valia. Às vezes ganha-se, às vezes perde-se."

Onde se ganha sempre, segundo a opinião dos participantes, é nestes encontros organizados pela Célula de Animação. Com estas Oficinas, a Célula de Animação procura mobilizar os grupos a trocar experiências, a estabelecer parcerias e, como foi dito, parar de trabalhar de costas voltadas; criar redes de grupos com interesses comuns. Um objectivo que ainda não foi atingido. O balanço destes dois dias não deixa de ser, no entanto, muito positivo.

Do debate final ficou a ideia que estes encontros podem contribuir para aumentar o património das ADL LEADER. E porque todas as experiências, mesmo as negativas ou atípicas, têm um valor pedagógico (que é necessário retirar) inquestionável, todos os elementos dos GAL deveriam comparecer.

De acordo com o programa, na última hora dos trabalhos foram identificados os temas para a Acção de Formação assim como a data e o local. Esta acção terá lugar nos dias 22, 23 e 24 de Novembro em Gouveia (o grupo acolhedor é, desta vez, a ADRUSE) e os temas são "desenvolvimento integrado" e "formação para o desenvolvimento".

Paula Santos

Encontro de Proximidade no Entre-Douro e Minho



Foto: Paula Santos

De volta ao Norte do país, a equipa da Célula de Animação encontrou um Minho visualmente diferente daquele que serviu de cenário ao último encontro de proximidade:

O verde continua a dominar a paisagem mas uma variedade infinita de tons que vai do amarelo ao vermelho lembra que estamos numa nova época do ano: o Outono.

A neblina desce dos montes, as folhas tombam no chão e as videiras, já de folhas amareladas, parecem ficar tristes e pesadas por lhes terem levado as uvas. No Outono caem também as primeiras chuvas e sentem-se os primeiros frios.

Estas palavras, se bem que pouco originais, descrevem a tela do 7º Encontro de Proximidade realizado no passado dia 13 de Outubro no Mosteiro de Pombeiro, em Felgueiras, com as associações ADER-SOUSA (a anfitriã), ADRIMAG, DOLMEN e PROBASTO.

Numa região com um riquíssimo património arquitectónico onde as casas solarengas, as igrejas e os mosteiros são uma constante, este Encontro só podia mesmo ter lugar num local com uma história de séculos.

Estiveram presentes, para além da Célula de Animação, três técnicos da ADER-SOUSA, outros tantos da DOLMEN e da ADRIMAG e dois da PROBASTO. Não deixa de ser curioso o facto de apenas um entre os 11 participantes ter as funções de coordenador do GAL.

Pedro Costa e Silva da DOLMEN – Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, foi o primeiro interveniente e a Feira do Outono o projecto que deu início aos trabalhos. Realizada no ano passado pela primeira vez, a “Feira do Outono”, assim chamada por coincidir com o arranque das vindimas, encerra uma experiência positiva e negativa para esta associação.

Durante quatro dias, numa organização con-

junta da DOLMEN e da Câmara Municipal, Marco de Canaveses acolheu os artesãos da região, promoveu a gastronomia local, motivou a população e recebeu figuras ilustres. Uma iniciativa francamente positiva que revelou porém a necessidade, no futuro, de um maior trabalho de dinamização na parceria com a Câmara Municipal.

Este projecto da DOLMEN veio pôr em evidência duas questões: a necessidade ou não de convidar individualidades para atrair a Comunicação Social e as condições das parcerias a estabelecer com outras entidades.

A construção de uma Pista de Autodelimitação na freguesia de Aboim (Amarante) foi referido como um exemplo de projecto positivo a vários níveis. Luís Van Zeller salientou a melhoria das acessibilidades da freguesia e o papel de uma iniciativa destas junto dos jovens da região.

José Sousa Guedes, da ADER-SOUSA foi o senhor que se seguiu. Projecto: “Casa do Risco”. De um estudo elaborado durante o LEADER I a ADER-SOUSA constatou que existiam no concelho de Felgueiras 600 borbadeiras. Permitiu igualmente identificar os principais estrangulamentos do sector e quais os actores que estavam preparados para investir numa acção a longo prazo. Este foi o ponto de partida deste projecto.

Na história da Casa do Risco existem quatro momentos importantes: um concurso de bordados antigos que permitiu aceder aos desenhos, a aquisição de uma máquina para riscar os desenhos, acções de formação e participação em feiras internacionais.

O promotor deste projecto foi desde o início a Câmara Municipal de Felgueiras mas sem os apoios de outros programas, entre os quais o LEADER, e sobretudo a vontade da animadora desta acção de ver o trabalho das bordadeiras de Felgueiras dignificado, a Casa do Risco nunca teria existido.

A “Oficina – Escola de Restauro do Móvel” é mais uma experiência onde o empenho da pessoa que está por detrás do projecto é decisivo mas não chega. E onde mais uma vez as dificuldades de relacionamento entre promotores impediu o avanço do projecto para onde se queria. Os objectivos iniciais não foram atingidos, e a Oficina-Escola, pensada como tal, com uma equipa de técnicos especializados na área do restauro, é, hoje, apenas um homem. Paralelamente tinham-se pensado noutras acções para o local onde está instalada a Oficina-Escola que também não avançaram.

Por dar frutos continua também a Central de Reservas pensada pela PROBASTO. Um projecto que vem do LEADER I e que tem objectivos que ultrapassam os de uma simples central de reservas. Seria mais uma estrutura que reunisse os empresários da região da área do turismo, da restauração, dos transportes, e outros, e onde a central de reservas seria apenas um dos vários serviços. Para Maria Manuela Rodrigues a aposta nas pes-

soas não trouxe os resultados pretendidos.

Em contrapartida, a aposta na imagem das Terras de Basto resultou melhor do que esperavam. Margarida Carvalho Gomes relatou este processo em traços gerais, como diferentes projectos e acções contribuíram para que hoje todos saibam que as Terras de Basto existem.

Com mais pormenor João Carlos Pinho, coordenador da ADRIMAG, apresentou o caso de uma queijaria que esta associação se prepara para apoiar, no âmbito do Programa LEADER e dos Centros Rurais.

Existe desde 1994 mas erros de gestão levaram ao seu encerramento. A ADRIMAG pegou neste projecto e procura valorizá-lo apostando na matéria-prima da região, o leite de vaca da raça Arouquesa. Mas o problema é precisamente este: a falta de matéria-prima. A solução passa pelo aumento do número de efectivos, um sistema de frio nas aldeias para conservação do leite e um circuito de recolha do mesmo. O queijo tem uma boa aceitação no mercado, isso já se sabe da primeira fase de laboração da queijaria, e já tem nome: Queijo Cambra Serra.

O segundo projecto, financiado pelo programa NOW, relatado na primeira pessoa do plural pela técnica da ADRIMAG Maria de Lurdes Peralta, dá conta de uma experiência única na vida de um grupo de mulheres do concelho de Arouca.

A falta de técnicos especializados para acompanhar o artesanato têxtil leva esta ADL a investir nesta área. As artesãs não conhecem as linhas da moda, não dominam as técnicas nem têm capacidade para comercializar o produto. O primeiro passo dado foi a formação, teórica e prática. Depois, uma viagem a Itália para conhecerem um centro de formação num país que é uma referência na moda internacional.

Neste momento, o principal problema é a falta de capacidade de produção. Até Dezembro, altura em que termina o curso, a ADRIMAG está a dar o apoio necessário ao nível de contactos, organização e gestão. Falta dar o salto.

Apresentadas que estavam as experiências que cada um dos grupos pretende levar à Oficina de Troca de Experiências, só faltava mesmo decidir a data e o local.

Depois de uma consulta às agendas de cada um, a Oficina de Troca de Experiências foi marcada para 20 e 21 de Janeiro de 2000. A associação anfitriã será a ADRIMAG e o local Castro Daire.

Nos dois dias que antecederam este encontro com os quatro grupos em simultâneo, a equipa da Célula foi recebida por cada um na respectiva sede.

Paula Santos

Orlando Rosa, presidente de Junta de Capelo, ilha do Faial

Sou rural, por excelência, gosto muito disto, nasci aqui.



Foto: Rosário Aranha

Num cantinho da ilha do Faial nos Açores fica o Capelo, freguesia de 450 habitantes, à beira mar plantada. Foi lá que fomos procurar Orlando Lourenço da Rosa. Presidente de Junta, há 10 anos, este homem de 44 anos foi testemunha da evolução duma terra, abandonada aos poucos pela população. A certa altura, um natural da terra, o Engº Carrinho falou-lhe no programa LEADER. Um conjunto de pessoas agarrou-se à ideia até nascer a associação ADELIAÇOR (Associação para o Desenvolvimento Local das ilhas dos Açores). O LEADER I já fazia parte da história, e a associação entrou no comboio do LEADER II. "Como presidente de Junta senti a necessidade de alguns projectos. Precisávamos de apoios financeiros e de apoios logísticos. Muito cedo comecei a colaborar na criação de uma associação, para começar a preparar o arranque do LEADER II nesta zona dos Açores." Hoje, Orlando Rosa é segundo secretário da direcção da ADELIAÇOR, continua sempre com o bichinho do desenvolvimento e, como tal, está consciente da importância da associação e da sua continuidade. Num dia de sol, num dia de eleições, mostrou-nos piscinas naturais, miradouros, uma Ludoteca, e tantas outras aquisições com o selo do programa LEADER.

PL: Qual foi o processo de criação da associação?

A nossa associação arrancou em colaboração com a Terra Mar de São Miguel. É uma associação já com alguma história. Carlos Carepa, que era presidente da Junta de Freguesia das Angústias, já tinha tido contactos com o Rui Alcântara e Carlos Bulhão Pato, de São Miguel. As Juntas de Freguesia pagaram para eles virem cá, para falarmos sobre os estatutos, as finalidades; como é que se poderia constituir uma associação, cujo inte-

resse seria a divulgação do mundo rural, e o enriquecimento do mundo rural nesta zona dos Açores. Os presidentes da Junta de Freguesia e as Câmaras Municipais juntaram-se. Foram buscar estatutos de outros organismos, que adaptámos aqui à nossa realidade. Credenciámos a nossa associação e depois foi escolhida pela DGA para dinamizar o LEADER nesta zona, nas 5 ilhas do arquipélago: Faial, Pico, Flores, Corvo e São Jorge.

PL: O que é que um presidente de Junta espera de uma associação?

Sabemos e sabíamos que se nos organizássemos em conjunto, teríamos muito mais hipóteses de pensar e de arrancar com o desenvolvimento do nosso meio rural. Eu sou presidente de uma Junta de Freguesia que, a partir de 1950 teve uma sangria imensa do ponto de vista demográfico: as pessoas emigraram, havia o vulcão dos Capelinhos.... Tínhamos uma população de cerca 1500 pessoas, neste momento, estamos com 450 pessoas. Há que travar esta desertificação. A forma que nós conhecemos e que pensamos que é a mais indicada, são essas associações de desenvolvimento rural. O objectivo do programa LEADER é tentar que as pessoas se fixem nos locais.

PL: Como membro da direcção da ADELIAÇOR o que espera do GAL?

Vimos que a capacidade de uma associação está mais nos seus técnicos do que propriamente nos membros da direcção. Todos nós trabalhamos. Eu sou funcionário da Segurança Social e sou presidente de Junta. Portanto, enquanto dirigente associativo tenho muito pouca disponibilidade. E quem diz eu, diz todos os outros membros da direcção. Estas associações de desenvolvimento têm uma particularidade muito interessante: o gabinete técnico. Temos uma excelente técnica a Dr.ª Catarina Soares, na qual confiamos inteiramente. Fizemos um concurso para mais um técnico, pois pensamos alargar o nosso quadro de associação para fornecer aos associa-

dos e ao meio onde estamos inseridos maiores apoios do ponto de vista técnico.

A nossa realidade obriga-nos a ter um animador em cada concelho (só no Corvo é que não temos), a gastar mais algum dinheiro na parte humana, mas isso também é importante.

PL: A única fonte de financiamento que a associação tem para o trabalho que desenvolve é o programa LEADER? Como é que os membros da associação vêem o futuro da associação após o fim do LEADER II?

Isso é uma preocupação desde há muito tempo. É objectivo da associação ter outro tipo de actividade, outro tipo de intervenção no meio rural, só que a questão do tempo não o tem permitido. A associação em si, pelo papel que desempenha, mesmo depois do LEADER, deverá contar com outras entidades, a nível autárquico ou de outros apoios que lhe vão continuar a dar vida. É efectivamente verdade que nós dedicamos a maior parte do nosso tempo à gestão do programa comunitário LEADER II, mas acredito que mesmo que se deixe de gerir esse programa, a associação não acabará.

PL: Pode-se depreender daquilo que disse que há uma mobilização dos membros da associação para conseguir manter uma equipe técnica em funcionamento?

Sim, achamos que isso é fundamental. Seria uma perda muito grande se acabasse o papel da associação.

PL: O LEADER é um programa que se pode considerar também dirigido aos mais carenciados ou dirige-se principalmente a uma faixa de pessoas com mais educação, que pode apresentar um projecto, que pode apresentar recursos, que pode garantir o restante financiamento, uma vez que o programa só financia uma parte?

Sim, penso que haverá uma faixa que será excluída, em princípio, que não tem condições para ser promotora. Não tem a parte do investimento preciso. Tentar despertar as pessoas para um programa em que, à partida se sabe que elas não têm condições para chegar ao fim, também seria enganá-las e conduzi-las a um insucesso. Tem que se dar a conhecer o programa, mas a iniciativa tem que partir das pessoas. Mas, também há certos projectos que requerem muito pouco investimento, e assim consegue-se que pessoas com fracos recursos financeiros possam ter uma fonte de rendimento próprio.

PL: Qual é a sua percepção / definição do desenvolvimento local em meio rural?

A vida no campo tem determinadas características. Houve um período em que todas as pessoas queriam as cidades, aquela barafunda toda. Hoje, começa-se a ver que o cansaço do campo, a harmonia das coisas é muito mais importante. Nós pensamos que,

fixando as pessoas à terra, não as deixando sair daqui, estas deverão ter uma maior qualidade de vida e até viver melhor do que se vive nas cidades. Digo, muitas vezes, nas reuniões que tenho com outros autarcas: faz-se um favor às cidades se nos meios rurais conseguirmos despertar o interesse das pessoas para viverem cá, para construir as suas casas e viverem neste espaço. Quanto mais pessoas se concentram nas cidades e junto a elas, maior barafunda e mais confusão vão criar e pior é a qualidade de vida. Sou rural, por excelência, gosto muito disto, nasci aqui.

Foto de: Francisco Botelho



O Vulcãozinho

Uma ludoteca para todos

"Como somos uma freguesia cuja terra não é fértil, os vulcões destruíram a nossa pastagem. A maior parte das pessoas trabalham na Horta, nos serviços. Havia uma preocupação de saber onde deixar os filhos dessas pessoas no espaço pós-escolar. O horário escolar termina às três e meia da tarde e das três e meia às seis, muitos pais não tinham onde deixar essas crianças. Nós contratámos uma animadora social. Foi apoiada nos primeiros seis meses de contratação pelo LEADER. Temos a possibilidade, com o equipamento informático, de permitir aos filhos das pessoas do Capelo o acesso às novas técnicas de comunicação, temos também a possibilidade de os deixar num espaço devidamente acompanhados, desde o fim da escola até aos pais regressarem do trabalho. Foi um projecto que veio valorizar bastante e dar igualdade de oportunidades às pessoas."

Entretanto, as novas tecnologias permitiram que se estabelecesse uma ligação por video-conferência entre a população do Capelo e naturais da terra, que emigraram para os Estados Unidos.

Tudo por amor à arte



A D. Alzira na Escola do Pico | Foto: Rosário Aranha

Conheço um sítio que não fica no caminho, daqueles que se dizem fora de mão. Os autocarros repletos de turistas, ávidos de singularidades locais, percorrem parte da ilha do Pico, e, a maior parte das vezes, não chegam lá perto. O mais curioso é que já passaram por lá muitas personalidades políticas nacionais, à excepção de um: Álvaro Cunhal. Até o Presidente da República, Jorge Sampaio deixou lá medidas para lhe tecerem um chapéu de palha. É a história de duas irmãs gémeas que decidiram dar tudo por "amor à arte".

"Éramos três irmãs. Naquele tempo os pais pensavam que uma devia ser professora de ensino primário, outra devia bordar e outra costurar." Foi assim que Conceição Neves e Alzira Neves se tornaram, respectivamente, bordadeira e costureira. Aprenderam a ensinar muito cedo. Primeiro em casa, depois nos centros paroquiais e em casas alugadas, foram transmitindo a sua sabedoria. Esta verdadeira profissão de fé acontece "por amor à arte, para não deixar esquecer aquilo que os nossos antepassados nos tinham ensinado". Bordados a richelieu, matiz e rococó, rendas típicas (gregas, gancho, caseado), flores em escamas, em tecidos diversos, em miolo de figueira, papiro e miolo de hortênsia, bonecos regionais em palha de trigo, em folha de milho, labregas do mato, trabalhos em palhinhas e dragoeiro (abeiros, chapéus, tapetes) e trajes típicos da região (folclore), artes típicas de uma região, que soam a tempos passados e esquecidos. Quando a realidade se tornou projecto de vida, as irmãs gémeas compraram uma casa rústica do final do século passado e fundaram a Escola Regional de Artesanato. Desde 1986, sucederam-se aqui um sem número de cursos, todos dedicados à preservação das artes tradicionais. "Sempre deu certo, mas por sermos duas, porque já é um barquinho difícil de manobrar. E, às vezes, também nos faltam os apoios. Estamos aqui muito distantes de tudo. Quando o turismo só passa pela estrada do mato e volta para trás, ficamos abandonadas, só temos praticamente dois meses de Verão, onde as pessoas passam. Isto agora já começa a ser morto e o Inverno é muito grande."

Financiados pelo Fundo Social Europeu, os cursos podem durar entre seis meses e um ano. Todos os dias, mulheres desempregadas das freguesias mais próximas deslocam-se até Santo Amaro. "Recebem uma bolsa e o subsídio de

transporte. Quando o curso acaba, elas vão para casa. Muitas delas choram porque não querem ir para casa, querem continuar aqui. Mas não pôde ser, não lhes podemos pagar." A inactividade das mulheres é uma realidade. E nestas zonas mais isoladas, o único escape possível parece ser o artesanato. Mas a tarefa é difícil e ingrata. Primeiro, o preço do produto final é longe de ser proporcional às horas de trabalho. Segundo, a concorrência oriunda dos países do Extremo Oriente, é sempre desleal. Como conta Alzira Neves, "são trabalhos que as pessoas dizem que são caros demais, porque estão a ver aqueles trabalhos dourados que vêm da China, mas que se vão lavar e, pronto, ficam despachados. E os nossos duram para pais e netos. São trabalhos que duram uma vida. São trabalhos antigos que pode-se dizer que estão a acabar." Finalmente, soma-se o isolamento ao resto e obtém-se um cenário pouco animador. As irmãs Neves decidiram ir contra a corrente e ainda não deixaram de alimentar uma curiosidade saudável por tudo o que diz respeito às artes tradicionais. O último projecto de curso é o trabalho com barro. Segundo Alzira Neves, "em barro estamos a zero". Mas isso nunca foi um problema para as irmãs, "já demos muitos cursos e há alguns que ninguém pode dizer que nos ensinou, porque não ensinou. Fomos vendo os antigos e fomos fazendo. Sou um bocado persistente, quando começo a fazer uma coisa ela tem mesmo que sair, não sou de desanimar." Para adquirir a matéria prima e o forno recorreram ao programa LEADER, através da Associação ADELIAÇOR. Agora só falta mesmo é construir um espaço para instalar a oficina. O processo está demorado. "Aqui pena-se muito para se ter uma coisa. Ficamos no fim do mundo. É preciso ter estômagos de plástico, como diz a minha irmã". Apesar de estar no fim do mundo, as gémeas têm um grande espírito de iniciativa e não lhes falta estômago. O espaço que elas investiram é o espelho disso, cheira a memória viva. As portas estão abertas a todos e não se pede nada a ninguém, nem para visitar, nem para aprender. "Nós ensinamos de graça a toda a gente. Sempre ensinei desde pequena. Comecei a dar cursos muito nova, cursos de corte e costura. Nunca levei nada a ninguém, o que ganhei foi muitos afilhados e muitas amizades."

Infelizmente, estes anos todos de trabalho em prol de uma cultura tradicional, em via de extinção, estão em risco de serem derrotados. Para fazer frente ao turismo fast-food e à invasão de produtos falsificados *Made in China*, as irmãs gémeas têm por única arma o amor à arte. Pólos de criação e de actividade como a Escola de Santo Amaro são verdadeiros pulmões para o mundo rural. Negar a sua importância e não lutar pela sua preservação equivale a virar as costas à história e às raízes de uma população.

Rosário Aranha

Foto: Luis Chaves



Agenda da Rede

→ TERCEIRA - AÇORES

Com o apoio do LEADER II, através da associação GRATER, foram recuperados e adaptados alguns espaços que hoje já podem ser visitados e apreciados. A saber: o Museu Vulcano-espeleológico, único na região, aberto ao público de segunda a sexta das 9h às 12h30 e das 14h às 17h30 (entrada gratuita); o Forte do Negro, onde está patente uma exposição sobre a actividade baleeira (todos os dias a partir das 14h - entrada igualmente gratuita); o Museu do Fósforo, a visitar todas as Quintas-feiras das 14h às 17h, ou mediante contacto telefónico (095-332724) onde pode ser apreciada uma colecção com cerca de 16.000 fósforos; a Gruta do Natal, através de contacto telefónico prévio (095-212992), e, a abrir brevemente, "O Arado", um espaço de convívio, uma loja de artesanato e uma sala de exposições. A inaugurar este espaço está prevista uma exposição sobre a vida rural de há 50 anos.

→ ADER-SOUSA NA LOJA DO MUNDO RURAL

A Loja do Mundo Rural conta com a participação de mais uma associação LEADER: a ADER-SOUSA. Valorizar e aumentar a procura dos produtos das Terras de Sousa, assim como da própria região, foram os principais motivos que levaram a esta adesão.

→ FEIRA DE FIM DE SÉCULO

No passado dia 5 de Setembro, a Câmara Municipal de Felgueiras, com o apoio de ADER-SOUSA, organizou, uma vez mais, a Feira Fim de Século, no Monte de Santa Quitéria.

Um acontecimento que pretende recriar os valores e tradições dos finais do século passado, a nível dos trajes, dos produtos e de todo o ambiente, em geral.

→ FESTA DO VINHO E DA VINHA

De 25 de Setembro a 24 de Outubro

A Câmara Municipal de Pinhel em colaboração com outras instituições, entre as quais a RAIA HISTÓRICA, promoveu a Festa do Vinho e da Vinha 1999. Uma iniciativa que marca o arranque das vindimas no concelho e cujo principal objectivo é dignificar a principal riqueza económica do sector agrícola da região.

À volta do vinho, a autarquia organizou um programa de actividades culturais, lúdicas e desportivas bem acolhido pelos Pinhelenses que fazem deste acontecimento uma verdadeira festa.

→ "ANIMADORES ASSOCIATIVOS EM MEIO RURAL"

Entrega dos diplomas

No passado dia 1 de Outubro foram entregues os diplomas da acção de formação "Animadores Associativos em Meio Rural" promovida pela ADER-SOUSA em cooperação com a INDE. Na cerimónia estiveram presentes várias individualidades, entre as quais o Director Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho.

Esta acção de formação decorreu durante sete meses abrangendo vários temas e técnicas do desenvolvimento local e teve início em Setembro do ano passado.

→ SIMPÓSIO DE ESCULTURA

6 a 23 de Outubro

Em Carvalhais, S. Pedro do Sul. Uma organização conjunta da ADRIMAG, da Associação para a Promoção do Artesanato em Pedra e das Câmaras Municipais da zona de intervenção desta associação LEADER.

→ IV MOSTRA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LOCAIS E REGIONAIS

De 29 de Outubro a 1 de Novembro

Inserida na tradicional Feira dos Santos, realiza-se nos dias 29, 30 e 31 de Outubro e 1 de Novembro, no Alvito, a 4ª edição da Mostra de Produtos e Serviços Locais e Regionais. Uma iniciativa

Rede de Agentes Locais ligados às Câmaras Municipais e outras entidades da sua zona de intervenção.

Nesta primeira fase, a avaliação do LEADER II e a cooperação na pesquisa de propostas para futuros programas de apoio são os temas a abordar.

→ II CONCURSO DE GASTRONOMIA COM CASTANHA

6 a 14 de Novembro

Durante uma semana os restaurantes da região de Marvão põem à prova a sua imaginação na confecção de pratos onde a castanha é o ingrediente principal.

→ "O PRENÚNCIO DAS ÁGUAS"

No dia 11 de Novembro terá lugar na Casa da Torre, Cerva, Ribeira de Pena, a cerimónia de pré-lançamento do livro da escritora Rosa Lobato de Faria "Prenúncio das Águas".



Foto de: Luis Chaves

organizada pela TERRAS DENTRO, com o apoio do LEADER II, em colaboração com a Câmara Municipal do Alvito.

Para além da presença dos habituais agentes económicos e instituições, apresentam-se vários grupos corais Alentejanos, e realiza-se uma corrida de galgos e uma demonstração de volteio pelo Centro Hípico da Universidade de Évora.

→ ACÇÃO DE FORMAÇÃO

de Setembro a Dezembro

No âmbito do LEADER II, a ADER-SOUSA está a promover uma acção de formação sobre "Técnicas de Animação Turística". Dirigida aos proprietários das casas de turismo em espaço rural da associação Casas do Sousa, esta acção de formação pretende fornecer aos participantes um conjunto de conhecimentos científicos e técnicos que sirvam de apoio e ao incentivo de futuros projectos na área do turismo.

→ REDE DE AGENTES LOCAIS

A ADIRN iniciou no mês de Outubro a realização de uma série de reuniões de animação com vista a desenvolver uma

Uma organização da Câmara Municipal de Ribeira de Pena à qual a PROBASTO se associou.

→ TERRAS DENTRO NA FERPRAN

De 11 a 14 de Novembro

A TERRAS DENTRO, através de um protocolo de parceria com o Consórcio Monte Arraiolos, irá estar presente na FERPRAN apoiando um promotor LEADER II da sua zona de intervenção. Trata-se de uma feira de agentes económicos organizada pelo NERE (Núcleo Empresarial da Região de Évora) que decorrerá entre os dias 11 e 14 de Novembro nas instalações desta entidade em Évora.

→ RURAL SHOW

De 11 a 14 de Novembro

A ADER-SOUSA vai participar, de 11 a 14 de Novembro, no "Rural Show - 3º Festival do Mundo Rural", na Exponor. Uma iniciativa que pretende recriar as tradições e os costumes da vida no campo.

→ XVI FESTA DO CASTANHEIRO FEIRA DA CASTANHA

13 e 14 de Novembro

Durante dois dias, a castanha será rainha em Marvão. Dois dias de festa, com magustos, provas de vinho, exposições de artesanato e muita animação por toda a Vila. Uma iniciativa da Associação Cultural e Acção Social de Marvão, com o apoio do LEADER, através da associação ADER-AL, da Câmara Municipal de Marvão, e da RTP.

→ SEMINÁRIO SOBRE "DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO"

17 de Novembro

Na Biblioteca Municipal de Cantanhede, numa realização conjunta do Núcleo Regional de Coimbra da REAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal) e da AD ELO, vai ser realizado um Seminário subordinado ao tema "Desenvolvimento Comunitário". O principal objectivo é a reflexão sobre a importância das parcerias e do trabalho em rede.

→ GREEN ROUTES

18 e 19 de Novembro

Reunião do Projecto de Cooperação Transnacional Green Routes em Almazan (Espanha) promovida pelo grupo ADEMA.

→ REUNIÃO "NOVOS DESTINOS EUROPEUS"

17 a 20 de Novembro

Promovida pelo grupo de Espanha Portodemouros realiza-se entre 17 e 20 de Novembro, na Galiza, uma reunião do Projecto de Cooperação Transnacional "Novos Destinos Europeus na Galiza". A adesão de três novos grupos ao projecto será o principal ponto da agenda.

→ FESTAS BÂQUICAS

3, 4 e 5 de Dezembro

A associação VITIFRADES, com o apoio da TERRAS DENTRO, através do LEADER II, vai organizar a 2ª edição das Festas Bâquicas, em Vila de Frades, concelho da Vidigueira.

Uma iniciativa que pretende promover todas as actividades directa ou indirectamente relacionadas com os vinhos, com particular incidência para a sub-região vinícola da Vidigueira. Para além da animação fazem parte do programa vários colóquios cuja temática será naturalmente o vinho.

→ FEIRA DE MILANO

4 a 12 de Dezembro

Para promover o artesanato e produtos da região do Ribatejo Norte a ADIRN vai participar na L'Artigiano in Fiera, em Milão.

→ II JORNADAS TEMÁTICAS SOBRE BALDIOS

10 de Dezembro

Promovidas pela Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho. A ADRIMINHO, no âmbito do Programa LEADER II, vai apoiar logística e financeiramente esta iniciativa, cujo principal objectivo é promover a discussão sobre a temática da gestão dos baldios.

Sobre o "local" do desenvolvimento.

Se o conceito é aquilo que o espírito concebe, cada definição vale o que vale a capacidade conceptual de cada pessoa

— Ô mulher...anda cá, não te zengues... nem vale a pena andar com estas fezes por causa daquela gente ruim, julgam-se melhores que nós, os paspalhos! Lá por serem dos Casais de Cima julgam-se superiores a nós os dos Casais de Baixo. Pensam que por causa do nome, temos que andar de baixo deles...isso é que era bom!

— Mas então... tu não percebes nada mulher? Tu não vês que o meu arrelho e a minha tristeza não tem nadinha a ver com os vizinhos da aldeia de cima? A minha amargura e zanga é com a vida...mulher, com a vida que nós levamos aqui, sempre de costas voltadas uns para os outros, sempre a desejar a desgraça dos outros, e ela, a castigadora, sempre a bater-nos à porta.

Aqui, nem nos enterros nos juntamos, um destes dias também me vou embora. Olha ali para o vale da Penêda, vês como é diferente? Lá, o pessoal das aldeias entendeu-se, ganharam força, todos juntos fizeram-se ouvir, conseguiram quem os ajudasse e, olha-me só que local bonito e bom comparado com estas nossas congostas fundas por onde espreitam constantemente as nossas raivas, os nossos medos. A vergonha escondida das nossas próprias fraquezas, ignorâncias e misérias, tudo consequências do nosso isolamento egoísta, da nossa ignorância!

Tem paciência Etelvina...não liguês mulher, não queria moer-te a cabeça, com este desabafar de freixas, mas hoje acordei assim, com este peso tão grande no peito e a cabeça a matutar na vida!

Se no último número tentei esboçar uma definição do conceito de **desenvolvimento**, parece-me lógico ensalar de seguida algumas reflexões que possam contribuir para uma melhor definição do que entendemos por "LOCAL"

Qual será o significado da palavra - local - no contexto da designação - "**desenvolvimento local**"?

— Como definir o **local** do desenvolvimento?

— Se pensarmos no desenvolvimento como - processo de evolução do conhecimento humano - fenómeno específico da raça humana, (será?), teremos de concluir que o mais pequeno dos "locais" onde se opera o desenvolvimento é, no cérebro de cada um de nós.

Porém, cérebro sem corpo não existe. Sendo um elemento vital, é total e reciprocamente interdependente dos outros órgãos existentes no seu sistema - corpo - "território," para que este ganhe vida e vontade unívoca própria.

É por isso que, quem pensa e projecta o desenvolvimento local, não o pode fazer desligado do seu "território." Desligado do "corpo/sistema global de que se alimenta e em que se insere".

É da compreensão desta interdependência entre: "Homem que pensa e age - território que alimenta," que nasce a noção de LOCAL ligada ao desenvolvimento.

Passando do plano individual ao colectivo, do "local/homem," ao "local/homens" com o conjunto a agir com vontade própria e comum, talvez nos seja mais fácil apreender o significado da noção de - local - quando associada ao verdadeiro conceito de - desenvolvimento.

Dito de uma maneira talvez mais clara, penso que:

— o **local de desenvolvimento** é um espaço a geometria variável, (maior ou menor) determinado pela capacidade que possuam os seus habitantes para consensualizar objectivos e estratégias de acção em comum.

— Nesta concepção, o território é inseparável das pessoas que nele e dele vivem, porque um **local** onde apenas se habite, dificilmente pode ser um **espaço de desenvolvimento local "integrado e sustentável"**.

— Um espaço de desenvolvimento, tal como o sonham todos quantos vêm nas suas práticas, exercícios de aperfeiçoamento e reforço da participação activa dos cidadãos, no funcionamento da governação democrática da nossa sociedade.

Se o conceito de **desenvolvimento local** fosse mais antigo, seria, sem dúvida, melhor entendido por muito mais pessoas e pela própria comunicação social.

O seu antecessor, chamado "desenvolvimento comunitário," saiu do uso corrente na escrita especializada dos países de origem latina, devido à integração da componente territorial na referência à - comunidade - mas ainda é a expressão mais corrente e perceptível nos países não latinos.

Dos outros conceitos mais utilizados para adjectivar o desenvolvimento, tais que: integrado, sustentável, ascendente, etc. falaremos nos próximos números.

Bibliografia LEADER



A SERRA DO CALDEIRÃO. Roteiro Sócio-Cultural,

Coordenação de Eduardo Freitas e Vitor Matias Ferreira, In Loco, Faro, 1999

Com o apoio do Programa LEADER II / In Loco

"O presente roteiro resulta de um acordo celebrado em 1993 entre o Centro de Estudos territoriais e a Associação In Loco com vista a que dois investigadores daquele Centro coordenassem um trabalho de levantamento das dimensões mais relevantes da Região denominada Serra do Caldeirão.

Tais dimensões distribuem-se por duas ordens de perspectivas. A primeira ensaia a caracterização histórica, territorial, económica e cultural da Serra, e a segunda assume-se como um olhar de deambulação atenta por três zonas que integram a mesma Região"

(do preâmbulo da obra)

Apresentando uma resenha histórica, o livro trata do território, economia e povoamento, do património histórico, as outras músicas, um capítulo interessantíssimo sobre expressões musicais da Serra, que juntamente com as Artes e Ofícios e os Comerres ilustram de uma forma muito agradável a cultura dos povos da Serra do Caldeirão. Três itinerários na Serra e um capítulo sobre prospectiva e desenvolvimento completam esta monografia, em formato A4 e 142 páginas, profusamente ilustradas.



BESTANÇA. UM VALE UM RIO,

de Jorge Ventura, Associação para a defesa do vale de Bestança, 1999

Com o apoio do Programa LEADER II / ADRIMAG

Pegar num rio que é afluente do Douro, entranhar-se no vale que ele corre, sondar as gentes que o povoam e enfeitiçar-se pela cultura milenar que estes componentes com-

portam foi a tarefa a que se dedicou o autor ao construir esta obra. E o que fica são as pessoas, as tradições, os costumes, nas suas mais diversas manifestações. A arte de talhar e orar, as credences e o adagiário, as festas populares, as procissões, ladainhas, as artes e ofícios, as lendas e superstições as artes de pesca, as diversões carnavalescas e as travessuras estão profusamente ilustradas nesta recolha antropológica que fica a marcar a memória de um povo.

Profusamente ilustrado, este livro de 88 páginas é uma homenagem à identidade cultural das gentes do Montemuro.



A FESTA DO ESPÍRITO SANTO NO LADOEIRO E NO SUL DA BEIRA INTERIOR,

de Francisco Henriques, Associação de Estudos do Alto Tejo, AÇAFA (1), Vila Velha do Ródão, 1996

Com o apoio do Programa LEADER II / ADRACES

"Não é possível viver aqui (Beira), tomar conhecimento da cultura destas gentes e

ficar indiferente. A consciência impõe a necessidade do registo das manifestações de um mundo camponês, em vias de extinção. Foi nesta linha de ideias que elaborámos este trabalho com o objectivo de tentar interpretar a festa do Espírito Santo no sul da Beira Interior, através de uma abordagem intensiva e extensiva do fenómeno festivo."

(Da introdução da obra)

Este trabalho apresenta um estudo sobre a festa do Espírito Santo no Ladoeiro, a referência a 29 manifestações festivas daquele culto no sul da Beira Interior e inclui ainda, nas suas 364 páginas, um conjunto de 58 fotografias alusivas ao tema.

Novos Instrumentos Financeiros, novas perspectivas



Foto: Paula Santos

“É importante termos noção que mais do que gestores de instrumentos somos portadores de mensagens”. Foram algumas das palavras que deram abertura ao seminário que decorreu em Castelo Branco nos dias 25, 26 e 27 de Outubro 1999 sobre o tema “Novos Instrumentos financeiros”. Segundo seminário organizado no quadro das actividades da Célula de Animação, abriu sem dúvida perspectivas da maior importância para os grupos LEADER, e, de uma forma mais geral, para o desenvolvimento local em meio rural, tendo em conta as possibilidades que oferecem os regulamentos europeus sobre a utilização dos fundos estruturais em termos de engenharia financeira.

A apresentação, durante o primeiro dia do seminário, de duas experiências realizadas pelos grupos LEADER Centro Oeste Bretagne em França, representado por Geneviève Lemeur e Anglona-Monte Acuto na Sardenha (Itália), representado por Angelo Porchedu, que, já no LEADER II, aproveitaram as possibilidades oferecidas pelos regulamentos europeus em termos de engenharia financeira para introduzir instrumentos financeiros inovadores, despertou o interesse de todos os participantes do seminário. De facto as vantagens destes instrumentos, baseados sobre a criação de fundos de garantia, cobertura dos juros e formas de crédito rotativo têm vantagens consideráveis: possibilidade de apoiar um número de portadores de projectos muito mais elevado, efeitos multiplicadores em termos de mobilização de fundos públicos e privados, alargamento das parcerias, e, sobretudo, perenidade da acção das ADL após o fim do programa LEADER, graças ao retorno permanente dos fundos investidos.

Durante o segundo dia pôde verificar-se, com o apoio de um jurista especialista nesta matéria, Dr. Vitor Borges, a possibilidade de aplicar estes instrumentos em Portugal, de acordo com a legislação nacional existente. Os grupos presentes trabalharam durante este dia sobre várias hipóteses possíveis, chegando à conclusão que já não era possível, por vários motivos, aplicar estes instrumentos durante o LEADER II, mas que seria do maior interesse estudar as hipóteses da sua aplicação na perspectiva do LEADER +.

Durante o terceiro dia, a presença de representantes da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (Engª. Cristina de Sousa) e da Caixa Geral de Depósitos (Dr. José Luís Beiral) permitiu verificar a disponibilidade destes bancos face a tais instrumentos, tendo em conta que a negociação com os bancos será um elemento fundamental a tomar em conta na sua implementação.

Tendo em conta estas perspectivas, as ADL presentes decidiram juntar os seus esforços, esperando também um apoio do Ministério, para a realização de um estudo que permitira precisar as diversas hipóteses possíveis, as suas vantagens e desvantagens e condições de aplicação no futuro. Para isso constituiu-se um grupo de trabalho cuja tarefa será organizar este estudo, acompanhá-lo e devolver todas as informações e resultados obtidos tanto às ADL como ao Ministério. Paralelamente à condução do estudo, realizar-se-ia também um trabalho de preparação no terreno por cada ADL interessada (mobilização dos actores potencialmente interessados, prospecção de diversas soluções, etc.), articulando este trabalho de terreno com o que será produzido no grupo de trabalho. Nesta perspectiva, uma primeira tarefa do grupo de trabalho, realizada já no seminário, foi a redacção de um argumentário, que poderá servir de

instrumento de apoio às ADL no trabalho de preparação a levar a cabo nos respectivos territórios.

Também foi decidido pelas ADL presentes apresentar uma proposta à Direcção Geral do Desenvolvimento Rural para que o programa nacional a elaborar para o LEADER + contemple estas possibilidades. Reproduzimos a seguir esta proposta.

Há que referir ainda a participação no seminário de duas experiências portuguesas, a Probarroso representada por Rui Daniel Queirós e a Associação Nacional de Direito ao Crédito, representada por Mohamed Ahmed e Fátima Belo que, apesar de ser experiências ainda numa fase principiante, trouxeram um testemunho fundamental sobre as facilidades e dificuldades de aplicação de soluções financeiras alternativas em Portugal.

Finalmente, temos que deixar nota sobre o papel decisivo que teve neste seminário o apoio do Observatório Europeu LEADER, nomeadamente através de Gilda Farrell, co-directora, que não só ajudou na identificação dos grupos LEADER estrangeiros mais interessantes a convidar como transmitiu informações fundamentais sobre os novos regulamentos dos fundos estruturais e ajudou na concepção das soluções possíveis a nível nacional.

Nesta breve apresentação do que foi este seminário, não cabem explicações mais aprofundadas sobre um assunto tão complexo como são estes novos instrumentos financeiros e as hipóteses de aplicação que foram analisadas. No entanto, serão publicados nos próximos números do jornal dossiers técnicos mais completos, a partir das hipóteses estudadas no seminário e os resultados do grupo de trabalho, o qual será apoiado pela Célula de Animação no quadro das suas actividades.

Tendo em conta a urgência de avançar com esta matéria, a primeira reunião do grupo de trabalho ficou marcada com as ADL presentes para dia 4 de Novembro, em Viseu.

Novos instrumentos financeiros de apoio ao desenvolvimento local

Proposta à D.G.D. Rural

De acordo com o novo regulamento FEOGA e a Iniciativa Comunitária LEADER+, é permitido aos grupos LEADER criar um instrumento de engenharia financeira (por ex.: fundo de garantia), renovável e permanente, de apoio ao desenvolvimento local. Este instrumento terá de ser gerido por uma entidade autónoma da qual façam parte, além da associação de desenvolvimento local gestora do LEADER, as principais entidades públicas e privadas da zona.

Os grupos consideram que esta nova maneira de poder utilizar os fundos do programa é de grande alcance na medida em que, a criação deste instrumento financeiro, permite atingir, entre outros, os seguintes benefícios:

- a) acesso ao crédito a todos aqueles que, ao contrário do que até agora sucede, não tendo património ou capital próprios, se veem impossibilitados de pôr em prática as suas boas ideias e projectos;
- b) criar um fundo de apoio permanente e com efeito multiplicador, na medida em que o valor do crédito (sem juros nem garantias de capitais próprios por parte dos beneficiários quando necessário) disponível é varias vezes superior ao próprio fundo, possibilitando assim um maior volume de investimento e um maior número de beneficiários;
- c) reter e aplicar na zona um maior volume de poupança local de forma continuada;
- d) a criação de uma estrutura de apoio ao desenvolvimento local que permaneça para além da duração dos fundos comunitários;
- e) induzir alterações comportamentais nos beneficiários face ao futuro próximo de diminuição das ajudas comunitárias;
- f) associar de forma empenhada e solidária os agentes locais no processo de desenvolvimento.

Estes novos instrumentos financeiros foram já experimentados por outras entidades LEADER II, em países como Itália e França, com assinalável sucesso, razão pela qual achamos pertinente a sua aplicação em Portugal.

Tendo em consideração o acima exposto, as Associações de Desenvolvimento Local, gestoras do Programa LEADER II, participantes no Seminário “Novos Instrumentos Financeiros de Apoio ao Desenvolvimento Local”, realizado em Castelo Branco entre 25 e 27 de Outubro 1999 vêm, por este meio, sensibilizar a D.G.D. Rural para a importância destes novos instrumentos financeiros, e para a necessidade de, no quadro do LEADER +, ser prevista a possibilidade da sua criação por parte das ADL.

De registar que as duas entidades bancárias presentes no seminário (Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e Caixa Geral de Depósitos) manifestaram disponibilidade e interesse para analisar conjuntamente com as ADL possibilidades de concretização destes instrumentos financeiros.

A título informativo, acrescentamos que se constituiu já neste Seminário um grupo de trabalho que irá conduzir um estudo preparatório relativo à definição de objectivos e à criação de condições para a aplicação destes novos instrumentos.

Aprovaram esta proposta os Coordenadores e os Técnicos das ADL presentes, ou seja:

Acaporama | Adelo | Adraces | Adriminho | Ader-Sousa | Adrimag | Aproder | Arde | Asdepr | Beira Serra | Corane | Grater | LeaderOeste | Pinhal Maior | Probasto | Pro-Raia | Raia Histórica | Rota do Guadiana | Rude | Tagus | Vincentina



Foto: Luís Chaves

Emalhando a rede...

Com as pessoas pelos mais diferentes lugares.

Dando cumprimento ao calendário estabelecido, vêm-se sucedendo os encontros de proximidade, as oficinas de trocas de experiências e as acções de formação.

Desde a saída do número um deste jornal, temos ido ao encontro das equipas LEADER do Minho, da Beira Interior, da Beira Alta e dos Açores, tentando, em cada ocasião, proporcionar as melhores condições possíveis para que a reflexão sobre o sentido da acção de cada um se faça, e a coesão da rede LEADER se reforce.

Os encontros de proximidade

Dos "encontros de proximidade" tem sido possível retirar conhecimentos que reputamos de grande utilidade se difundidos e partilhados pelos membros da rede, e por todos quantos trabalham para o desenvolvimento local em meio rural.

Excelente, sem excepções, tem sido a recepção dos grupos LEADER às equipas da Célula.

Mesmo quando as equipas são reduzidas e com muito trabalho neste período de encerramento da afectação de verbas, os membros das equipas GAL têm podido participar, manifestando em todas as ocasiões, a sua satisfação por (quase sempre pela primeira vez), poderem aproveitar de um pouco de tempo para reflectir em comum sobre a sua própria prática individual e de grupo.

Nestes encontros descobrimos os rostos e começamos a aperceber-nos dos caracteres e competências existentes nos GAL, para além das já conhecidas dos directores e/ou coordenadores, representantes habituais dos seus grupos nas reuniões e seminários.

Mas, mais importante que o conhecimento

por nós adquirido, é a auto - formação que estes encontros proporcionam a todos quantos neles participam.

Muitos têm sido os "tecni-anima-dores" dos GAL que têm dito: - este trabalho deveria ter começado antes do início do LEADER II, durante a fase da chamada "aquisição de competências". Hoje questionam-nos e nós próprios nos questionamos sobre: princípios, valores, métodos e objectivos que talvez tenham sido divulgados no início das fases um e dois do Programa, de maneira muito "institucional", sem que o seu conhecimento tenha realmente chegado à grande maioria de nós. «Arranjámos um emprego para fazer o melhor que soubemos, sem farol nem bússola, obedecendo às ordens dos nossos "capitães" que, em muitos casos, são tanto ou menos inexperientes que nós, na "navegação" por estes "mares cavados" do desenvolvimento local em meio rural ».

— Como é hábito dizer-se, "o que tem de ser tem muita força." Transformar dificuldades em vantagens é um dos princípios do Desenvolvimento Local, portanto, como mais vale tarde que nunca, aproveitemos com empenho as oportunidades que agora se nos deparam para "emalhar a rede LEADER" dando-lhe a consistência desejada, através do conhecimento mútuo necessário à coesão do nosso ideário de acção.

Estão realizados 7 dos 12 encontros de proximidade programados, foram visitadas 27 Associações gestoras locais do LEADER, faltam ainda visitar 21, trabalho que deverá estar terminado até Março do próximo ano.

As trocas de experiências

Na sequência dos encontros de proximidade

realizados, efectuaram-se três oficinas de troca de experiências: Penacova, Penhas da Saúde e Ilha do Pico nos Açores.

As próximas oficinas acontecerão em: Moncorvo a 18 e 19 de Novembro e em Monção, Solar do Alvarinho, a 29 e 30 de Novembro.

Acções de formação.

Dessas trocas de experiências surgiram as propostas para as respectivas acções de formação. A primeira já realizada, em Mangualde, sobre a consensualização dos conceitos de D.L. e os métodos de aquisição de competências através de exercícios de auto - avaliação. Desta acção, surgiu um grupo de trabalho para aperfeiçoar os instrumentos metodológicos a aplicar nos exercícios de auto - avaliação, fazer os respectivos testes e, numa segunda fase, poderem apoiar outros grupos que se interessem pela sua aplicação.

Em Gouveia, de 22 a 24 de Novembro, será levada a efeito a Segunda acção de formação, desta vez os temas escolhidos foram:

- consensualização de conceitos sobre o D.L., em particular,
- clarificação das concepções de desenvolvimento integrado.
- todos os aspectos relacionados com a concepção, montagem e realização de acções de "formação para o desenvolvimento"

A terceira acção de formação está programada para a ilha da Graciosa - Açores a 20 e 21 de Janeiro do próximo ano.

Ao longo das discussões havidas, surgiram inúmeras pistas de trabalho de interesse comum a vários grupos, nomeadamente no

que se refere à possível organização de redes temáticas, tendo-se apontado desde já dois temas: montagem de redes informáticas para a infância, e a organização, sinalização, segurança, gestão e promoção de percursos pedestres de observação da natureza.

Estas e outras acções de que damos conta nas outras páginas deste jornal, têm sido reconhecidas como pertinentes e úteis, algumas delas até urgentes, apreciações que nos incentivam a não abrandar o ritmo de execução das tarefas programadas. Apesar do excesso de trabalho que isso ocasiona, para os grupos e para nós próprios, dificultando-nos por vezes a divulgação e promoção atempada de cada uma das acções que se programam, entendemos que vale a pena o esforço, mesmo se for feito, às vezes, à custa de alguma "improvisação".

A questão da participação dos técnicos dos GAL é fundamental, sem prejuízo do interesse na participação dos Directores e Responsáveis das Associações, mas é necessário não esquecer todo o interesse em que as pessoas e entidades não ligadas directamente à execução do LEADER, possam beneficiar das experiências LEADER, beneficiando assim o próprio Desenvolvimento Local em meio rural.

A fim de facilitar o nosso trabalho de planificação e melhorar igualmente a planificação dos participantes nas iniciativas da Célula, apelamos para uma consulta atenta da agenda da célula, peçam informações sempre que necessário ou em caso de dúvidas e, por favor, sempre que decidirem participar, inscrevam-se com a maior antecipação possível.

Todos temos que tentar fazer melhor, para merecer o + que possa vir.

Camilo Mortágua

ADERES

Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul



Foto: Paula Santos



Com uma área de intervenção de 431 km², repartida por 18 freguesias de dois concelhos separados pelo rio Zêzere, a ADERES, Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul, está satisfeita com o território que tem, apesar do número reduzido de habitantes.

A candidatura da ADERES à segunda fase do programa LEADER levantou, no entanto, alguns problemas. A zona de intervenção que pretendiam estava com uma associação do LEADER I, a RUDE. A solução foi partilhar território. A ADERES ficou então com duas metades de dois concelhos: Covilhã e Fundão. As outras duas metades e o concelho de Belmonte ficaram para a RUDE.

José Armando Serra dos Reis, simultaneamente presidente da direcção da associação e coordenador do GAL, acrescenta que perderam algumas freguesias com as negociações mas a zona ficou. "Uma área pequena com 15 mil habitantes mas com freguesias muito activas (umas mais que outras), onde há uma ligação muito forte entre as comunidades da montanha, do vale, do couro mineiro, do Pinhal e do rio Zêzere. Existe um nicho ecológico que considerávamos um privilégio".

Enquanto presidente (também) da Junta de Freguesia de Cortes do Meio, José Armando já tinha "trabalhado" com outros programas comunitários. Quando teve conhecimento do LEADER chegou à conclusão que a filosofia deste programa se enquadrava perfeitamente naquilo que vinha desenvolvendo. As autarquias e a população já estavam sensibilizadas para o problema do desenvolvimento rural e isso era meio caminho andado. "Entendemos que havia muita proliferação de trabalhos isolados; alguns (pequenos) programas comunitários, projectos das juntas de freguesia. O LEADER podia congrega tudo isto e dar continuidade àquilo que já vínhamos fazendo". Além disso, José Armando confessa que se apaixonou pelo LEADER.

Esta experiência no terreno ajudou a própria associação a arrancar. Assinaram a Convenção Local de Financiamento em Julho de 1998 e, em tempo recorde, puseram em marcha o PAL. "Em Setembro, tínhamos 50 projectos com 70% do volume da proposta financeira".

Ao falar de projectos, José Armando aproveita a oportunidade para sublinhar a importância do papel dos técnicos no terreno.

Carlos Manuel Conceição, técnico da ADERES, acrescenta que o mais importante é estar lá para dar o apoio embora não seja fácil. "Já conhecia a zona mas mesmo assim não é um processo simples. O próprio PAL é um bocado redutor na nossa acção. Mas é assim. Quem anda no terreno tem satisfações e frustrações". A principal dificuldade para este técnico está em encontrar um equilíbrio entre a liberdade do LEADER e as regras do PAL.

Segundo o coordenador do GAL, a grande luta desta associação tem sido entre duas barreiras: o público e o privado. "Inicialmente a maioria dos projectos partia das autarquias mas agora já há um equilíbrio". Um equilíbrio que também se verifica ao nível da localização territorial e dos sectores. Embora a experiência leve a concluir que as zonas a norte (concelho da Covilhã) são mais dinâmicas e o sector agrícola o mais difícil de trabalhar. José Armando volta a insistir no curto tempo de vida da associação e que, talvez por isso, seja cedo para apresentar conclusões.

De uma coisa porém parece estar certo: das mais-vallas que o LEADER trouxe à região e à experiência pessoal.

"O LEADER deu uma dinâmica que antes não existia. As autarquias, as juntas e os promotores privados passaram a trabalhar juntos. A própria ADERES tem trabalhado no combate ao individualismo. E temos conseguido essa complementaridade: juntar as pessoas, pensar os projectos como complemento e não como sobreposição. Complementar em vez de sobrepor. Ter a capacidade de diversificar as acções, os meios e as parcerias. O LEADER tem esta vantagem".

P.S.

Ficha técnica

Nome: ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul | **Morada:** Largo Nossa Senhora do Carmo, 4 e 6 - 6215 Cortes do Meio | **Telefone:** (075) 970070 | **Fax:** (075) 970076 | **E-mail:** aderes@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção e Coordenador do GAL: José Armando Serra dos Reis | **GAL:** Armando Manuel Silva Batista Trindade; Carlos Manuel Conceição; Maria Odete Gonçalves Pinheiro | **Concelhos:** Covilhã e Fundão | **Área:** 431 km² | **População:** 15.268 habitantes

ADRACES

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul



Foto: Paula Santos



O território que corresponde à zona de intervenção da ADRACES, Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul apresenta características muito particulares devido ao seu carácter de fronteira e periferia. Apertada entre as serras da Estrela e da Gardunha e os montes da Raia, a Beira Interior Sul (se assim lhe podemos chamar) tem a emigração como o principal inimigo do desenvolvimento. A saída das suas gentes para regiões mais dinâmicas e promissoras provoca na população residente descrença e desânimo.

Aparte este fenómeno, típico das zonas do Interior, trata-se de uma região rica em recursos endógenos, susceptíveis de serem aproveitados e valorizados. Uma vertente na qual a ADRACES assenta a sua estratégia. "A estratégia definida para a nossa zona de intervenção passa pela valorização dos recursos humanos e animação do tecido económico local, pela revitalização e valorização da base produtiva local; o aproveitamento e dinamização real do potencial endógeno e de parcerias". António Realinho, coordenador do GAL, responde deste modo à questão.

Criada, em 1992, a partir de uma associação entre as Câmaras Municipais de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, a ADRACES aposta, no LEADER I, na criação de infra-estruturas turísticas, pontos de venda de produtos locais e artesanato, e na recuperação do património construído. Um trabalho que exige, da parte da equipa técnica da associação um acompanhamento constante junto da população, incentivando-a. Uma filosofia que, na continuação do Programa, continua a servir de modelo.

O sucesso desta filosofia levou inclusivamente a dispensar grandes campanhas de sensibilização e divulgação no arranque da segunda fase do Programa. António Realinho justifica. "No início da execução do LEADER I foram efectuadas acções de informação e divulgação do programa e suas possibilidades junto da população em geral, através de "assembleias" concelhias nas Câmaras Municipais, onde estavam representadas as entidades e actores mais representativos de cada freguesia. O sucesso da implementação do LEADER I criou/gerou enormes expectativas em relação à segunda fase do Programa, pelo que não foi sentida a necessidade imperiosa de divulgá-lo de forma incisiva. A melhor divulgação do LEADER II foram os projectos e os promotores apoiados no LEADER I. Foram, no entanto, efectuadas sessões pontuais de divulgação em Juntas de Freguesia e associações locais".

Para além do LEADER, a ADRACES dinamiza outros programas: o ADAPT (Adaptação da Mão-de-Obra às Mutações Industriais), o programa Escolas-Oficinas e o Centro Rural Ocreza.

António Realinho acrescenta ainda que estes programas têm cariz de complementaridade em relação ao LEADER.

No capítulo das parcerias, e para além das institucionais com entidades culturais, públicas e privadas da região, a associação tem dinamizado parcerias com a vizinha Espanha, Itália, Alemanha e França. Como exemplo de sucesso a nível da cooperação transnacional, a Associação LA RAYA/A RAIA.

Quanto ao futuro, a ADRACES espera que não se verifique uma grande interregno entre uma iniciativa e outra. Sem o LEADER, a equipa técnica poderá manter-se se for substancialmente reduzida mas isso, segundo o coordenador da associação, será um factor de extrema negatividade para a região.

Mesmo que o LEADER não venha, ficam os ensinamentos que o programa trouxe aqueles que com ele trabalharam durante estes anos. Um acervo de experiências e conhecimentos que a memória regista e os documentos atestam.

Para António Realinho: "com o LEADER aprendem-se essencialmente novos métodos e metodologias de trabalho; contacto directo com projectos e promotores, desde a sua criação à sua sustentação e crescimento; capacidades de gestão de "conflitos", positivos e negativos; criação, fomento e gestão de parcerias locais, nacionais e internacionais; sensação de contributo para o bem global do Homem Rural; partilha de experiências, conhecimentos, competências, dinâmicas e métodos; objectos de um processo dinâmico, activo e interactivo de auto-aprendizagem, aprendizagens recíprocas ...".

P.S.

Ficha técnica

Nome: ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul | **Morada:** Rua de Santana, 277 – 6030 Vila Velha de Ródão | **Telefone:** (072) 540200 | **Fax:** (072) 540209 | **E-mail:** adraces@adraces.pt

Presidente da Direcção: Joaquim Morão (Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco) | **GAL:** António Realinho (director-coordenador e vice-presidente da direcção); Teresa Paula Tavares Magalhães; Luís Manuel de Andrade; Rui Miguel de Oliveira Rodrigues; Maria Cecília Morgado Lopes Barateiro; Alexandra Nunes Pires Ventura; Maria da Luz de Matos Marques; Benvida Maria Pires Dias; Eduardo Manuel dos Santos Gonçalves | **Concelhos:** Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão | **Área:** 3.568 km² | **População:** 54.011 habitantes

ADRUSE

Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela



Consciente do valor “turístico” da Serra da Estrela, a ADRUSE, Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela definiu como objectivo prioritário da sua acção a reabilitação e valorização da imagem da região.

Com os concelhos de Gouveia, Seia, Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Manteigas e algumas freguesias do concelho da Guarda na área de intervenção, a ADRUSE apostou, no LEADER I, no turismo como estímulo ao desenvolvimento na região. Os projectos apoiados pela ADRUSE incidiram sobretudo na recuperação e preservação do património. Uma aposta ganha nas palavras do coordenador do GAL, João Paulo Agra. “O efeito demonstrativo foi conseguido. As pessoas vinham ter connosco porque também tinham uma casa ou um moinho que gostariam de ver recuperados”.

Técnico do GAL desde Agosto de 1994, João Paulo Agra acompanhou de perto todo o processo de transição entre o LEADER I e o II. O desfasamento temporal entre um e outro quebrou o ritmo de trabalho conseguido anteriormente. A experiência ficou e ajudou muito mas o LEADER II acabou por não ser o seguimento lógico do I. Esse desfasamento levou à desmobilização de muitos promotores”.

Durante a segunda fase do programa, a ADRUSE continua a apostar na valorização dos recursos endógenos da região da Serra da Estrela mas mais criteriosamente. “À quantidade do LEADER I veio sobrepor-se a qualidade do LEADER II, Deu-se um salto qualitativo”.

A área da formação profissional tem sido também uma das prioridades da ADRUSE. Desde 1995 já desenvolveu acções em áreas tão variadas como a tecelagem, jardinagem, brinquedos, ervas aromáticas e medicinais, resultantes de candidaturas elaboradas ao programa Escolas-Oficinas e, no âmbito da formação profissional agrícola, ao PAMAF.

A ADRUSE gere ainda o Centro Rural do Alto Mondego. Abrangendo 10 freguesias da zona de intervenção do LEADER, João Paulo Agra revela que ficaram um bocado de mãos e pés atados quando o Centro Rural chegou (Agosto de 1998). “Aconteceram situações em que promotores podendo vir a beneficiar dos dois programas acabaram por ficar sem nenhum. E nós que demos a cara é que ficámos mal vistos”.

João Paulo Agra aponta as grandes diferenças entre os programas LEADER e Centro Rural. “A dimensão das áreas LEADER não se compadece com dinamizações da população ao nível do que se faz num Centro Rural. A nossa equipa de técnicos afectos ao Centro Rural é quase igual à do LEADER. No Centro Rural temos 10 freguesias, no LEADER 107. Nos Centros Rurais existe uma dinamização muito mais efectiva e abrangente que o LEADER onde a intervenção é mais sectorial e dirigida, o que é uma vantagem”.

Quanto ao futuro, a experiência diz a este GAL que muito dificilmente a equipa conseguirá aguentar-se sem o LEADER ou outros programas.

P. S.

Identificação

Nome: ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela | **Morada:** Largo Dr. Alípio de Melo - 6290 Gouveia | **Telefone:** (038) 491123 | **Fax:** (038) 495250 | **E-mail:** adruse@ip.pt

Presidente da Direcção: António José Santinho Pacheco (Presidente da Câmara Municipal de Gouveia) | **GAL:** João Paulo Agra (coordenador); Ana Maria Gomes, Maria da Graça Mendes; Ana Paula Albino | **Concelhos:** Gouveia, Seia, Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Manteigas e Guarda (algumas freguesias) | **Área:** 1.416 km² | **População:** 73.246 habitantes

PRÓ-RAIA

Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte



Para contar a história da PRÓ-RAIA temos que recuar no tempo até 1993, altura em que se realizou na Guarda um curso de “Agentes de Desenvolvimento”. “Já tínhamos ouvido falar do Programa e resolvemos ir a Lisboa pedir um LEADER”, conta-nos Paulo Marques, coordenador do GAL.

Passado algum tempo, e no meio das dificuldades, políticas sobretudo, surge uma associação de seu nome Castelos da Raia, que depois de alguns ajustes territoriais, deu origem à RAIA HISTÓRICA. A PRÓ-RAIA surge com o LEADER II.

Os concelhos de intervenção da PRÓ-RAIA são quatro: o concelho do Sabugal, na totalidade e a maioria das freguesias dos concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo e Guarda. Uma grande área com um total de 110 freguesias. Fazendo as contas, e Paulo Marques fê-las, “dá qualquer coisa como 750 contos (LEADER) para cada uma”.

De uma ponta do território da PRÓ-RAIA à outra são 120 quilómetros. Esta é, segundo Paulo Marques, a principal dificuldade de execução do LEADER na zona. À grandeza do território contrapõe-se o número reduzido de técnicos do GAL (dois).

Com um território grande e com poucos meios a PRÓ-RAIA teve que socorrer-se daquilo que tinham ao seu alcance. A melhor forma de chegar à população e dar o salto para o LEADER foi através dos presidentes das Juntas de Freguesia. Alguns foram “excelentes agentes de pequenos projectos: uma praia fluvial, um forno, um museu etnográfico. As pessoas começaram a ouvir falar do LEADER.

À PRÓ-RAIA começaram a chegar promotores. Debaixo do braço alguns papéis com ideias de uma ideia para um projecto. Paulo Marques relembra. “São poucos os que já trazem uma ideia estruturada. Mas a partir desse momento, o projecto deles passa a ser o nosso projecto. E depois nunca mais perdemos a ligação com eles”. Quando não há enquadramento no LEADER a associação procura outras entidades. E mesmo um projecto LEADER pode entrar em complemento de outro programa e vice-versa. Os Centros Rurais, por exemplo.

A nível de parcerias locais, Paulo Marques faz referência aos Centros Rurais, às Aldeias Históricas e às associações vizinhas.

Ao nível dos Centros Rurais, a PRÓ-RAIA trabalha com três: Almeida/Sabugal, Cõa e Figueira de Castelo Rodrigo embora apenas um (o primeiro) seja responsabilidade de gestão sua. E não há nenhum que esteja inteiramente na zona de intervenção desta associação. Mais uma vez o retalho territorial sobressai nesta divisão.

Quanto às Aldeias Históricas, a PRÓ-RAIA tem duas na sua zona de intervenção: Sortelha (concelho do Sabugal) e Castelo Rodrigo (Figueira de Castelo Rodrigo), com as quais tem vindo a articular algumas actividades e publicações.

A estratégia delineada no PAL foi temática com privilégio para dois sectores: a agro-indústria de transformação e o turismo/património. “A nível de património eu sabia o que existia em cada concelho e fui cruzando essa malha. Ao que ia aparecendo tivemos que ir travando. Havia um ordenamento espacial a fazer destes projectos”.

O que parece que se esqueceram de fazer, e o próprio coordenador do GAL admite, tem sido a divulgação da obra feita. Na sua opinião não têm sabido dar visibilidade ao trabalho que realizam. Não por uma questão de princípio, como algumas associações, mas por puro esquecimento.

Muito ou pouco, a verdade é que “sem o LEADER não seria possível fazer o que temos feito”, admite Paulo Marques.

Depois do LEADER II a PRÓ-RAIA quer continuar porque Paulo Marques acredita que as actividades vão continuar e os parceiros também.

Com o LEADER “Aprendi a definir e a planificar de acordo com os objectivos”.

P. S.

Identificação

Nome: PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte | **Morada:** Av. Comandante Salvador Nascimento, 3-B – 6300 Guarda | **Telefone:** (071) 210210 | **Fax:** (071) 210212 | **E-mail:** pro.raia@mail.telepac.pt

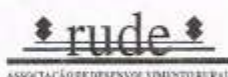
Presidente da Direcção: Maria do Carmo Borges (Presidente da Câmara Municipal da Guarda) | **GAL:** Paulo Alexandre Marques (coordenador); Gina Maria Ricardo Jorge Robalo | **Concelhos:** Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Pinhel e Sabugal | **Área:** 2.109 km² | **População:** 50.108 habitantes

RUDE

Associação de Desenvolvimento Rural



Foto: Paula Santos



Criada em 1991 a RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural leva para o LEADER II a experiência do LEADER I. E isso conta. Mas o interregno de quase três anos entre o fim do LEADER I e o arranque da segunda fase do Programa quebrou o ritmo. E isso também conta. Uma quebra que, segundo a coordenadora do GAL, Clara Ramos, veio pôr à prova o trabalho realizado durante a primeira fase do programa. Um período difícil mas com o qual também aprenderam.

O presidente da direcção da associação, Carlos Alberto Pinto, hoje olha para trás e recorda esses momentos. "Durante esse período a associação sobreviveu e está aqui; com instalações próprias, a funcionar com programas inovadores, com os principais parceiros da região agregados. Mas não foi fácil".

Neste momento consideram que já estão a beneficiar dessa experiência. A prova disso, nas palavras do presidente da direcção, está nos números. "A RUDE foi uma das últimas associações a arrancar com o LEADER II mas, apesar do atraso, está hoje dentro dos parâmetros exigidos".

Clara Ramos acrescenta ainda que apesar da procura estar identificada, e isso facilitar a afectação, esta mesma procura também foi prejudicada pelo impasse dos três anos. "Um impasse que defraudou de alguma maneira as expectativas dos promotores".

A criação de uma Rede de Antenas, no LEADER II, foi a forma encontrada pela RUDE para estreitar os laços com a população e, simultaneamente, envolver outras entidades no processo, como as Juntas de Freguesia e as Autarquias.

O LEADER I "ensinou" que uma grande parte dos potenciais beneficiários não usufruíam dos instrumentos financeiros disponíveis por desconhecimento da sua existência ou por falta de iniciativa ou ainda de apoio técnico.

Por outro lado a articulação de projectos de diferentes sectores de actividade que conduzem ao desenvolvimento integrado estava à partida dificultada pela falta de iniciativa deslocalizada. A necessidade de envolver ao máximo a população num processo formativo e informativo de mútua contribuição levou à criação das Antenas RUDE/LEADER enquanto extensões, braços da própria associação. São LEADER mas não existem só para o LEADER. Existem para dar informação e formação sobre outros programas e outras questões. Existem para dar apoio ao mundo rural.

"Com uma área tão significativa (49 freguesias), a relação com a população não era tão próxima quanto nós gostaríamos. Foi a partir daqui que desenhámos, para o LEADER II, o projecto da Rede das Antenas. A estratégia da RUDE passou e passa muito pelas antenas. É uma estratégia de ligação". As freguesias do Fundão, Tortosendo, Alpedrinha, Alcaide e Belmonte foram as escolhidas para a instalação destas antenas.

Este processo de descentralização da própria associação começou em Janeiro deste ano com a instalação de duas antenas e, neste momento, já se encontram a funcionar as cinco.

E foi, segundo o presidente da direcção da RUDE, um aposta ganha. Só desta forma se teria conseguido a proximidade com a população que existe hoje. Para além desta melhoria ao nível das relações de proximidade, a criação da rede das antenas foi um processo mais abrangente como refere Clara Ramos. Nalguns casos a antena foi instalada em edifícios que se encontravam em avançado estado de degradação acabando essa acção por desencadear outros efeitos, a nível da recuperação do património edificado, por exemplo. A criação de cinco postos de trabalho. Em algumas das freguesias onde foram instaladas as antenas não existia um local que permitia o acesso à informática, à internet. As antenas vieram a colmatar essa lacuna.

Para além do LEADER, a RUDE faz a gestão do Centro Rural da Cova da Beira. A articulação que se pretende entre os programas nem sempre é possível. "As metodologias são diferentes, a estratégia de articulação, se existe, não funciona". Clara Ramos vai mais longe e afirma que "... esta é a grande falha. Falta uma política nacional de desenvolvimento rural. E essa falta de articulação tem quebrado as expectativas dos promotores. É difícil para nós porque nós damos a cara". Mas quando interrogada se aprendeu alguma coisa com o programa responde: "É muito enriquecedor. O LEADER veio dinamizar a relação com a população. Agora é muito mais próxima". Embora crescente que entre o LEADER I e o II existem diferenças. "No LEADER I havia menos grupos, o próprio programa se calhar não estava tão burocratizado, as coisas eram mais simples e isso agradava aos promotores – a facilidade com que um projecto avançava. Hoje, é tudo mais complicado. A própria população nota essa diferença".

E depois do LEADER II? Ainda não fizeram uma reflexão mas admitem que já é tempo. A equipa sobreviverá sem o LEADER? "Já sobreviveu durante três anos ..."

P. S.

Informação

Nome: RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural | **Morada:** Quinta do Pedregal – Eixo T.C.T. – Estação de Caminhos de Ferro 6200 Covilhã | **Telefone:** (075) 313016 Fax: (075) 314470 | **E-mail:** rudeleader@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção: Carlos Alberto Pinto (Presidente da Câmara Municipal da Covilhã) | **GAL:** Clara Ramos (coordenadora); Luís Barreiros; Maria Celeste Valente; João Simões; Anabela Martins; Arménio Matias; João Santos | **Concelhos:** Belmonte, Covilhã e Fundão | **Área:** 1.293 km² | **População:** 93.097 habitantes



Foto: Paula Santos

Festival de Gastronomia, Arte e Cultura da Região das Serras da Freita e Montemuro

Uma vez mais, as cores e os sabores do Entre-Douro e Minho descenderam à capital. Depois do sucesso na Mostra do Mundo Rural, a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira (ADRMAG), promoveu no hotel Sheraton, a convite deste, uma semana (13 a 19 de Setembro) de gastronomia, arte e cultura da região.

Uma iniciativa que "parecendo que não dá muito trabalho a organizar", confidenciou João Carlos Pinho, coordenador da ADRMAG e responsável por esta acção, ao "Pessoas e Lugares". Mas muito prazer também, acrescentou de imediato.

De Arouca vieram, por várias vezes, duas carrinhas carregadas de carne Arouquesa da Gralheira, enchidos, queijo, mel, e todos os ingredientes necessários para confeccionar os pratos do cardápio, incluindo as sobremesas, que à excepção dos doces regionais, foram todos confeccionados no hotel pela mão de Manuel Bastos, o chefe responsável por esta semana gastronómica.

Para além das iguarias, a ADRMAG reuniu várias peças de artesanato (trabalhos em linho, miniaturas em xisto, e em madeira) junto do Centro Regional de Artesanato de Montemuro, e organizou uma exposição no recinto do restaurante do hotel. As miniaturas em xisto encantaram especialmente um casal de turistas que acabaram por comprar duas peças. Para animar os almoços alguns elementos do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Arouca, fizeram soar baixinho, muito baixinho, as suas concertinas e cavaquinhos.

No átrio de entrada do hotel, uma bordadeira e uma tecedeira, despertaram a atenção e a curiosidade dos que passavam.

A Lúcia Gonçalves veio em representação da Associação das Bordadeiras de Bainhas Abertas de Arouca, e trouxe consigo alguns trabalhos desta associação criada com o apoio da ADRMAG. Foi a terceira vez que veio a Lisboa mas ainda não foi desta que ficou a conhecer a cidade. Com a Festa das Colheitas de Arouca à porta, Lúcia aproveitou o tempo para "adiantar serviço". Durante a hora do almoço bordando em público, no resto do tempo, em privado, no quarto do hotel. Ao lado, a tecedeira dá forma à teia de linho. "Pode ser uma cortina, ou uma toalha", responde. Montar o tear adivinhava-se uma tarefa complicada para a organização, mas a D. Cacilda fez-lo em apenas alguns minutos. Esta artesã, apoiada pelo LEADER, adquiriu um tear e criou o Centro de Artesanato do Linho na freguesia de Fervedo (concelho de Arouca) e, neste momento, já tem uma jovem a trabalhar com ela.

No piso inferior, no restaurante Caravela, painéis de ferro, alguidares de barro e um forno de pedra faziam lembrar uma cozinha tradicional da região de Entre-Douro e Minho.

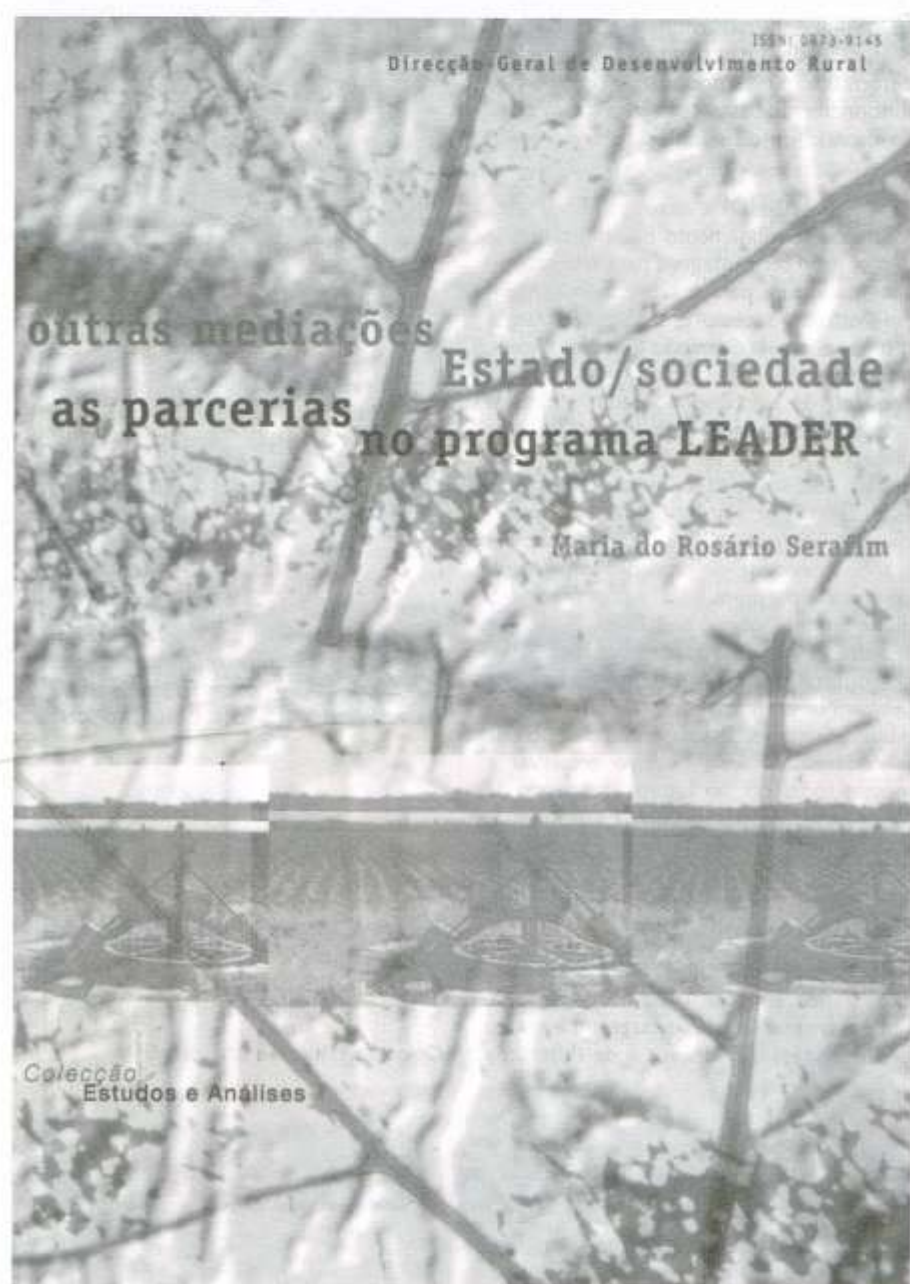
No dia em que o "Pessoas e Lugares" passou pelo Sheraton fazia parte da ementa, para além de um sem número de petiscos nas "entradas", canja de galinha, bacalhau de leite, sardinhas à moleiro, cabrito assado (o famoso cabrito da Gralheira) e remoa-lho (carne de porco com batatas, legumes e massa). A diversidade deixou indecisos os mais ponderados e agradou àqueles que ali vinham com o propósito de degustar uma boa refeição. Quanto aos doces, o bom senso aconselhava a alguma parcimónia mas a curiosidade aguçava o apetite. Doces com nomes tão curiosos, como "pedras parideiras", "charutos de amêndoa" ou "manjar de língua" seria imperdoável não provar.

Convidados para almoçar neste mesmo dia, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vitor Barros, o Subdirector-Geral do Desenvolvimento Rural, Nelson Heitor, o presidente da CNG LEADER, Nuno Jordão, e os presidentes de Câmara dos concelhos que fazem parte da zona de intervenção da ADRMAG, Arouca, Cinfães, Castelo de Paiva, Castro Daire e Sever do Vouga. (ausentes, por motivo de agenda, S. Pedro do Sul e Vale de Cambra). E todos devem ter tido o mesmo "problema" que esta jornalista do "Pessoas e Lugares": resistir!

Paula Santos

Outras mediações Estado/Sociedade As parcerias no Programa LEADER

Entrevista com Maria do Rosário Serafim



A Direcção Geral do Desenvolvimento Rural acaba de publicar um livro de Maria do Rosário Serafim sobre as parcerias no programa LEADER em Portugal. Este livro é o primeiro estudo aprofundado das ADL LEADER a ser publicado e representa, sem dúvida, um passo importante na investigação sobre o que foi o LEADER como forma inovadora de abordar o desenvolvimento rural e como resposta aos desafios que enfrenta a sociedade moderna. Focalizando a sua pesquisa sobre a questão da parceria local, Maria do Rosário Serafim toca no ponto provavelmente mais inovador e mais portador de mudança no LEADER, enquadrando a sua análise no contexto da ordem política moderna e da evolução da relação Estado/sociedade civil. Mostra assim como as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) nascidas dentro ou fora do LEADER

são novas formas de mediação entre o Estado e a sociedade e de democracia local, permitindo não só a reinvenção do local e a revitalização do espaço rural, mas também uma nova imaginação social, a plena expressão dos direitos sociais e da cidadania, uma justiça social pela autonomia e a emancipação na comunicação. Mostra também como a diversidade que existe nas ADL LEADER em termos de parcerias é fonte de criatividade e de riqueza, não deixando contudo de levantar algumas questões no que diz respeito à evolução em termos de qualidade das parcerias. Finalmente, a apresentação de quatro grupos LEADER sob forma de monografias e entrevistas ilustra concretamente os resultados da sua investigação.

Técnica da Comissão Nacional LEADER desde o início do Programa, Maria do Rosário Serafim transmite neste livro a maturidade de uma reflexão levada a cabo durante oito anos a partir da sua experiência prática do enquadramento do programa LEADER a nível nacional. Tendo em conta a importância desta publicação, pedimos a Maria do Rosário o favor de responder a algumas perguntas.

P e L: Maria do Rosário, segundo a sua investigação quais são os pontos essenciais do LEADER e das ADL em Portugal? Em que medida responde às necessidades das zonas rurais hoje em dia? E em que medida pode também ser um "laboratório" para a sociedade do século XXI?

Maria do Rosário Serafim: Um dos aspectos que considero muito importante no Programa LEADER refere-se à autonomia proporcionada às ADL para conceberem e desenvolverem um Plano de Acção Local numa dada zona de intervenção. Autonomia esta legitimada com o envolvimento dos diversos actores locais, através das parcerias. Aliás, essa foi uma das condições necessárias para a aprovação dos Planos de Acção Local.

Este Programa concretiza uma forma inovadora e descentralizada de equacionar as questões relativas ao desenvolvimento local, uma vez que a decisão quanto à forma e ao tipo de intervenção a realizar no território pertence realmente às associações, enquanto entidades locais gestoras de um Programa, reduzindo a distância entre a existência do problema e a sua possibilidade de resolução.

Por outro lado, fica também assegurada uma maior visibilidade e transparência nas decisões tomadas quanto à intervenção a ser desenvolvida no território porque, para além do trabalho em cooperação e parceria existem, também, outros mecanismos de informação e divulgação que devem ser públicos e estar continuamente assegurados como, por exemplo, os regulamentos locais, os critérios de apreciação de projectos, as taxas de participação, os projectos aprovados, etc. Penso que estão garantidas algumas condições essenciais para que, através deste Programa, seja possível responder às

necessidades das populações das zonas rurais de uma forma democrática, transparente e participativa. Por outro lado, como este Programa pressupõe uma grande margem de autonomia dos actores locais, não há receitas estabelecidas ou soluções uniformizadas: a procura de respostas é um processo lento em que se vão experimentando novas práticas e novas formas de acção local. Sendo a natureza deste Programa experimental e demonstrativo ele é, sem dúvida, um laboratório sempre vivo e real, uma vez que as soluções podem ser equacionadas de uma forma muito singular e mesmo criativa, conforme cada contexto e particularidade.

O LEADER representa, na realidade, uma outra forma de intervenção no mundo rural e penso que sinaliza algumas das grandes mudanças que se avizinham fundamentais para o próximo século: reforça a verdadeira possibilidade da acção política da sociedade civil através da participação democrática dos cidadãos, sublinha a necessidade de uma maior e constante visibilidade de procedimentos, salienta a importância do local e chama a atenção para a emergência de uma cultura baseada num funcionamento em rede e em cooperação, quer nacional, quer transnacional.

P e L: Quais são as diferenças essenciais existentes entre as parcerias nos diversos pontos do país?

MRS: Quanto ao estabelecimento formal de parcerias, no país, a sua constituição foi diversificada e muito moldada pelos contextos geográficos, sociais, culturais e mesmo políticos, dos diversos territórios. Não há um modelo único para a realização dessas parcerias mas, antes, verifica-se um leque muito vasto de soluções encontradas para o estabelecimento de um projecto comum. De um modo geral, vingaram sobretudo as parcerias feitas entre as organizações da sociedade civil com as autarquias, num misto de cooperação público/privado. Noutros casos, mais a sul de Portugal, as parcerias foram mais informais. As associações, constituídas essencialmente por um conjunto de cidadãos individuais, foram fazendo e/ou refazendo essas parcerias conforme as necessidades sentidas em cada momento. Neste caso, e por forma a garantir consensos e diálogo quanto às acções a desenvolver nos territórios criaram-se algumas estruturas de cooperação e parceria externas às ADL como, por exemplo, os conselhos consultivos.

P e L: Como têm evoluído as parcerias locais? Que tipo de problema isso pode levantar no futuro?

MRS: Analisando os resultados destas parcerias quanto ao seu funcionamento considero que foi conseguida uma boa cooperação entre as autarquias, com o conhecimento dos problemas dos territórios e a legitimidade para interferir na sua resolução e as organizações da sociedade civil com o forte desejo de intervir activamente na resolução



Maria do Rosário Serafim | Foto: Paula Santos

dos problemas. Uma vez mais a não uniformização de um modelo único para todas as ADL resultou de uma forma bastante positiva porque permitiu que todas as soluções encontradas tivessem sido geradas nos próprios territórios sem influências externas, quer de ordem institucional, quer formal. Na tese que desenvolvi equacionei, com alguma apreensão, a tendência para uma municipalização do Programa, uma vez que as autarquias detêm um grande peso nas Direcções das ADL. Penso, no entanto, que estes riscos poderão ser ultrapassáveis com o fortalecimento e maximização da participação dos cidadãos neste processo. Refiro-me especialmente à questão da autonomia e poder de decisão destes pequenos núcleos. Se, por um lado, a descentralização administrativa e financeira pode garantir uma maior autonomia pode também, por outro lado, proporcionar o aparecimento de grupos mais autocráticos e fechados, com algum autoritarismo e mesmo clientelismo.

P e L: Dirigindo-nos agora à técnica da CNG do LEADER, o que lhe parece fundamental na relação entre uma estrutura da administração central como a CNG LEADER e as ADL? O que seria conveniente preservar ou modificar no futuro e porquê?

MRS: Este é um dos aspectos em que os desafios têm sido muito grandes. Sempre me causou muita apreensão ter que desenvolver

um trabalho em que não pudesse conciliar a minha paixão pelo mundo rural com a natureza de trabalho que me era solicitado na administração pública. Felizmente tive a possibilidade de poder integrar a equipa do LEADER I - graças ao Presidente da CNG na altura, Eng.º Goulart Carrinho, a quem aproveito a oportunidade para, mais uma vez, expressar o meu grande reconhecimento pela sua entrega total ao sucesso deste Programa - e lembro-me que logo nessa altura senti que podia conciliar esta minha opção com este Programa. Porque o que é fundamental é que cada uma destas estruturas - tanto a CNG como as ADL respondam, cada uma delas, com qualidade, eficiência e sobretudo, em tempo, às funções que lhe são exigidas e que consigam cooperar numa certa base de solidariedade institucional. A DGDRural e a CNG assumiram sempre esta postura. A CNG não tem sido uma estrutura burocrática ou tecnocrática, sendo o seu funcionamento bastante flexível e com grande capacidade de adaptação às diferentes situações.

Creio que não seria mau conservar esta forma de funcionamento no futuro que já demonstrou ter vantagens para o desenvolvimento local e para o sucesso do LEADER em Portugal, sucesso este já publicamente reconhecido pela Comissão Europeia. Assim, por exemplo, na medida em que eu, enquanto técnica respondo com eficácia e rapidez às solicitações de uma ADL, essa própria ADL pode também responder com fluidez e qualidade às solicitações locais. Não esquecendo que a nossa função é de fiscalização e controlo, há que garantir sempre grande celeridade de procedimentos técnico-financeiros porque as ADL trabalham, quase sempre, sobre o fio da navalha no que se refere à sua capacidade financeira. Mas, por outro lado, as ADL têm que garantir também uma prática democrática constante e uma grande visibilidade e transparência de procedimentos. Seria positivo preservar e mesmo fortalecer, no futuro, este modo de funcionamento baseado numa estrutura da administração cuja prática não é centralizadora, nem autoritária, mas antes ancorada por relações francas de cooperação, desburocratizadas e flexíveis.

P e L: Hoje em dia muitos técnicos das ADL, após vários anos de trabalho no terreno, sentem a necessidade de fazer um trabalho de investigação académica e de reflexão a

partir da sua experiência prática no LEADER. O que aconselharia a estes técnicos em termos de temas que seriam de maior interesse para investigação no LEADER? Como, a seu ver, poderiam articular-se diversos tipos de investigações sobre o LEADER?

MRS: Para mim foi muito importante realizar esta investigação académica a partir de uma interrogação que muitas vezes fiz a mim própria enquanto acompanhava este processo: sendo o LEADER uma possibilidade quanto à ampliação da participação democrática a nível local, como poderão ser entendidas estas intervenções no que se refere ao fortalecimento da sociedade civil e à repolitização do espaço público? Ou seja, a prática interrogativa sobre algumas das questões que nos inquietam no quotidiano permite, por um lado, um melhor entendimento dessas situações e por outro, identificar e aprofundar algumas das razões e explicações teóricas sobre essa mesma realidade.

Nesta perspectiva, e tendo presente que o LEADER é um programa experimental, seria interessante aprofundar os seus efeitos e resultados ao nível das políticas sociais e económicas locais, bem como ao nível das respostas dadas pelas ADL's. Será que foram realmente inovadoras e criativas? Que tipo de população ficou excluída deste processo e porquê? Contrariaram-se as tendências de desertificação do mundo rural que este Programa se propunha combater? De que modo e em que medida? Como se articulam os problemas colocados pela crise do trabalho/emprego no mundo rural com a generalização do apoio a actividades de turismo e lazer nestes territórios? Como estão as ADL a responder a estes desafios? Enfim, perguntas que não teriam fim porque o LEADER é, realmente, um campo múltiplo de experiências e oportunidades que permite efectivamente reinventar o local e recriar o social.

SERAFIM, Maria do Rosário - Outras Mediações Estado/Sociedade. As parcerias no Programa LEADER, Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1999, 194 p.

Colecção Estudos e Análises, 6

Associações de Desenvolvimento Local decidem criar Federação

As Associações de Desenvolvimento Local que em Portugal implementam o Programa LEADER reuniram em plenário no passado dia 29 de Setembro. A iniciativa partiu de um grupo de Associações que nos últimos tempos protagonizaram acções colectivas, como a Mostra do Mundo Rural e o Movimento a favor de Timor. Foi este último, aliás, o motivo próximo para a realização da referida reunião, em Leiria. Pretendia-se consensualizar e decidir a intervenção futura face a Timor, designadamente a possibilidade de avançar com uma angariação de fundos para aquele país e da realização de uma Conferência sobre um Programa Piloto de Desenvolvimento rural em Timor.

A reunião que teve lugar no Núcleo Empresarial de Leiria, com a hospitalidade da ADAE, juntou 24 associações LEADER, e a

discussão da próxima iniciativa comunitária LEADER + foi um dos pontos mais intensos dos trabalhos. Foi decidido reivindicar uma participação mais activa das ADL no processo de concepção das bases metodológicas e selecção das entidades locais gestoras da futura iniciativa comunitária em Portugal. Foi aprovado um documento que consubstancia alguns pontos consensuais da posição das ADL face a esta questão e criada uma comissão, constituída por directores e coordenadores de Associações para dar sequência aos contactos institucionais necessários à afirmação desta posição das ADL.

Relativamente a Timor foi igualmente decidido levar a efeito uma Conferência para debater a reconstrução do país e o lançamento de um Programa de Desenvolvimento Rural naquele território.

As 24 associações presentes decidiram ainda viabilizar a constituição de uma Federação Nacional das Associações de Desenvolvimento Local, que defenda os seus interesses e as represente. Para desenvolver este processo foi criada uma comissão constituinte, composta pela ADAE, ADICES e TAGUS, que deram início ao processo administrativo de constituição da Federação.

Este trabalho tem-se desenvolvido ao longo de todo o mês de Outubro, tendo já sido proposto o registo do nome da nova Federação: Minha Terra, Federação Nacional das Associações de Desenvolvimento local. Enquanto se procede à elaboração de Estatutos para a nova Federação, têm-se estabelecido diversos contactos com vista à sensibilização das Associações para a adesão à futura estrutura.

Programa LEADER II



Foto: Rosário Aranha

Realizou-se em Bruxelas, nas instalações da AEIDL, nos dias 14 e 15 de Outubro, uma reunião das Unidades Nacionais de Animação do Programa LEADER II.

O processo de designação das Unidades Nacionais foi muito diversificado, tendo a unidade portuguesa sido das últimas a assinar o seu contrato, em Abril deste ano. Depois de Portugal, apenas a Grécia veio a constituir a sua entidade de animação, estando presente na reunião de Bruxelas pela primeira vez.

Por outro lado, este processo de designação, desfasado no tempo, implica que algumas Unidades encerrem a sua actividade no final deste ano, enquanto outras, como a portuguesa, manterão a sua actividade até ao final de 2001.

Por isso, a reunião em Bruxelas foi a primeira – e será a única – que contou com a presença de todos (12 unidades, dado que a Bélgica, o Luxemburgo e a Dinamarca não constituíram unidades de Animação).

Estiveram presentes na reunião, em representação da DGVI, Helen Williams e Irini Papadimitriou, que tiveram oportunidade de apresentar algumas novidades relativamente à reformulação administrativa recentemente introduzida naquela Direcção Geral e sobre o Programa de iniciativa Comunitária LEADER +. A Comunicação aos Estados Membros sobre os quatro programas de iniciativa Comunitária – LEADER +, EQUAL, INTERREG e URBAN – foi aprovada pela Comissão em reunião de 13 de

Outubro, devendo a sua publicação ser feita no Jornal Oficial da Comunidade em finais do corrente ano. Após esta publicação, os Estados Membros terão um período de seis meses para apresentar à Comissão o seu Plano Nacional para a implementação do Programa. A Comissão deverá dar a sua resposta num prazo posterior de cinco meses. De acordo com esta programação, os Programas de iniciativa Comunitária não deverão estar disponíveis nos Estados Membros antes do último trimestre de 2000.

Da proposta de Comunicação aos Estados Membros resulta que “o LEADER + manterá a sua função de laboratório, com o objectivo de fazer surgir e experimentar novas abordagens de desenvolvimento integrado e durável que deverão influenciar, completar e/ou reforçar a política de desenvolvimento rural na União Europeia”.

A Cooperação será um elemento fundamental do LEADER +, que deverá “incentivar os actores rurais a uma reflexão sobre as potencialidades dos seus territórios numa perspectiva de longo prazo.” Para além disso visa “encorajar a implementação de estratégias originais de desenvolvimento durável e sustentado, de grande qualidade, tendo como objecto a experimentação de novas formas de valorização do património natural e cultural; reforço da actividade económica, contribuindo para a criação de empregos e melhoria da capacidade de organização das comunidades.”

Serão beneficiários da Iniciativa LEADER + “um conjunto de parceiros denominados ‘Grupos de Acção Local’”. Estes beneficiários, ao nível de decisão, “deverão constituir um conjunto equilibrado e representativo dos diferentes meios sócio-económicos do território” e “as administrações públicas e os eleitos não poderão representar mais de 50% do partenariado local”.

O Programa LEADER + conterà três grandes eixos, a saber: apoio a estratégias de desenvolvimento rural territoriais, integradas e piloto; apoio à cooperação inter-territorial e transnacional e, ainda, colocação em rede dos territórios rurais da União Europeia.

Competirá aos Estados Membros a definição do número de GAL que pretende seleccionar, bem como definir claramente a grelha de critérios que será utilizada na selecção.

Para além da comunicação aos Estados Membros foi igualmente aprovada uma proposta de repartição financeira entre os Estados Membros das Iniciativas comunitárias 2000-2006, cabendo a Portugal, e no que diz respeito ao LEADER +, 152 milhões de Euros. (ver caixa)

Para além das informações recolhidas junto da DGVI sobre o LEADER +, a reunião das unidades Nacionais de animação do Programa LEADER II per-

mitiu uma avaliação do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos oito meses, bem como uma análise da estratégia desenvolvida por cada uma delas no que diz respeito à comunicação/informação, à formação, à cooperação e à capitalização. Um confronto extremamente enriquecedor tendo em linha de conta a diversidade das intervenções nos diferentes países da União.

A actividade programada pelo Observatório, designadamente os seminários previstos até Março de 2000, foram também apreciados, discutindo-se a possível articulação entre o Observatório e as Unidades Nacionais na sua implementação. Portugal manifestou o seu interesse em que a realização de um dos três seminários previstos para este período se realizasse no nosso país, tendo em linha de conta a recente anulação do Seminário de Cooperação Transnacional que deveria ter sido realizado em Chaves no mês de Setembro.

Foi apresentado e discutido um documento de trabalho relativo ao lançamento de um Prémio Europeu LEADER II de “Inovação em áreas rurais”. Este prémio, que faz parte do contrato entre a Comissão Europeia e a AEIDL no âmbito do Observatório Europeu, deverá ser implementado ao longo do ano de 2000, devendo a sua divulgação final ser feita em finais do próximo ano. De acordo com a proposta que está a ser presente à Comissão, o prémio deverá contemplar seis temas – novas actividades e novos empregos; produtos locais; trabalho com populações jovens e comunidade local; qualidade de vida e serviços comunitários; tradição e cooperação transnacional. A selecção das candidaturas por um júri de personalidades será feita a nível europeu, podendo no entanto surgir um modelo em que uma pré-selecção nacional seja feita por júris próprios em cada país. Deverá ser atribuído um Grande Prémio a nível europeu bem como prémios especiais contemplando cada um dos seis temas do concurso.

As Unidades Nacionais de Animação seriam responsáveis em cada país pela informação e divulgação do Prémio, bem como pela assistência técnica necessária à elaboração das candidaturas por parte dos GAL.

Este projecto não está ainda confirmado, aguardando a aprovação da Comissão Europeia.

Francisco Botelho

Actividades desenvolvidas pelas unidades nacionais de animação LEADER II durante o período de Fevereiro a Setembro de 1999

Estado Membro	Número de actividades	Número de participantes
Alemanha	2	111
Austria	3	102
Espanha	3	824
Finlândia	1	120
França	2	180
Grécia	2	28
Holanda	2	50
Irlanda	6	304
Itália	3	487
Observatório Europeu	5	283
Portugal	14	397
Reino Unido	4	90
Suécia	7	473
TOTAL	54	3449

Repartição indicativa dos montantes disponíveis para cada Estado Membro relativamente às Iniciativas Comunitárias 2000-2006

	INTERREG	EQUAL	LEADER	URBAN	TOTAL
BÉLGICA	104	70	15	20	209
DINAMARCA	31	28	16	5	80
ALEMANHA	737	484	247	140	1608
GRÉCIA	568	98	172	24	862
ESPAÑA	900	485	467	106	1958
FRANÇA	397	301	252	96	1046
IRLANDA	84	32	45	5	166
ITÁLIA	426	371	267	108	1172
LUXEMBURGO	7	4	2	0	13
HOLANDA	349	196	78	28	651
ÁUSTRIA	183	96	71	8	358
PORTUGAL	394	107	152	18	671
FINLÂNDIA	129	68	52	5	254
SUÉCIA	154	81	38	5	278
REINO UNIDO	362	376	106	117	961
Redes	50	50	40	15	155
TOTAL	4875	2847	2020	700	10442

Continuando a divulgação de textos de particular interesse para estimular a reflexão sobre o desenvolvimento local, publicamos a seguir a declaração final dos primeiros Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local realizado em Outubro de 1998 em Sherbrooke no Quebec (Canadá).

Encontros mundiais do Desenvolvimento Local

Sherbrooke, Quebec, Canadá

Declaração final

O nosso mundo

Vivemos num mundo em que o empobrecimento cresce em todas as sociedades, mesmo as mais ricas; um mundo onde triunfam as desigualdades entre os homens e as mulheres, entre os países do Norte e do Sul, entre os jovens e os mais idosos, entre cidades e campo, um mundo que consome o laço entre os humanos e a natureza.

Vivemos num mundo dominado por um sistema único, o capitalismo neo-liberal, centrado unicamente sobre a produtividade agressiva e conduzido pela única religião do "mercado ao poder".

Vivemos num mundo em que as instituições internacionais, longe de tomarem conta da humanidade, se conluem em projectos como o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que visa proteger os "direitos" dos investidores contra os direitos dos povos e da soberania dos Estados e permite por todo o lado aos mercados imporem os maiores recuos nos programas de educação, de saúde, de segurança, de rendimento, etc. No momento em que se celebra o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, constatamos que muito frequentemente os direitos humanos ainda são abafados, negados ou mercantilizados.

Mas vivemos também num mundo em que por todo o lado surgem iniciativas, projectos, movimentos de cidadãos e cidadãs determinados a alterar a face do planeta, conciliando abertura ao mundo e satisfação local das necessidades. Nós, actores e actrizes do desenvolvimento local, fazemos parte desse movimento.

Queremos hoje comunicar as nossas convicções comuns, as nossas estratégias colectivas e os nossos compromissos solidários.

Os nossos desafios comuns

Pertencemos a organizações diversas, organismos de desenvolvimento em meio rural e urbano, grupos dedicados à criação de emprego e à luta contra a exclusão, organizações de mulheres e jovens, grupos dedicados à educação e à paz e à construção da democracia participativa, organismos de defesa dos excluídos e dos marginalizados, organismos de suporte ao desenvolvimento local, integrado e sustentado.

Reconhecemos cinco desafios comuns que fundamentam as nossas acções:

- o desafio da satisfação das necessidades (para resolver os problemas da pobreza, do acesso à saúde, à educação, ao alojamento, à água potável, etc.);
- o desafio da economia, do empresariado e do emprego (para permitir o acesso a um emprego decente para todas as pessoas que o desejem, para controlar a produção e a repartição da riqueza no território, para desenvolver alternativas ao plano económico, para equilibrar objectivos económicos e objectivos sociais);
- o desafio da revitalização dos laços sociais (para recompor o tecido social, desenvolver o sentimento de pertença, favorecer a inserção social e económica, renovar os laços entre as gerações, desenvolver as relações igualitárias entre os homens e as mulheres);
- o desafio da participação, da democracia e do reconhecimento (para desenvolver os laços entre eleitos, administração pública e população local, favorecer a igualdade no reconhecimento e participação das mulheres e dos jovens em todas as esferas de intervenção do desenvolvimento local, fazer reconhecer a ferramenta que é o desenvolvimento local);
- o desafio da aproximação local-mundial (para lutar contra o racismo, alimentar a solidariedade entre os povos, definir uma estratégia global e uma visão planetária do desenvolvimento).

A nossa visão do desenvolvimento

O desenvolvimento local constitui uma referência, uma base para abordar de outro modo a mundialização. Trata-se não de construir um modelo alternativo virado sobre si mesmo, mas de se apropriar da mundialização duma outra maneira, de lhe dar um sentido através dos movimentos locais.

Este desenvolvimento assenta sobre:

- a importância para cada um e para cada uma de se tornarem actores e actrizes do desenvolvimento do seu território;
- a importância para cada um e cada uma para se tornar autor e actor do desenvolvimento do seu território;
- uma aproximação global da realidade dos indivíduos, integrando as preocupações

da solidariedade, do desenvolvimento económico, da luta contra a exclusão, da preservação do ambiente;

- a articulação, à escala do território da proximidade, da indispensável capacidade de iniciativa local e da necessária coerência das políticas nacionais;
- reconhecimento da contribuição específica das mulheres, nomeadamente do seu trabalho frequentemente invisível para o bem estar do seu próximo e da sua comunidade.

Os territórios onde se pratica o desenvolvimento local devem ser o lugar de experimentação quotidiana de respostas aos desafios que mencionámos. O desenvolvimento local contribui para a emergência de novas formas de produzir e de partilhar as riquezas, de materializar a participação da cidadania, de fazer desenvolver a democracia, para que cada um e cada uma tenha ao mesmo tempo de que viver e razões de viver.

As organizações de desenvolvimento local são os catalisadores que valorizam as nossas riquezas particulares tais como a capacidade de imaginação, a formulação de projectos pelas colectividades, a solidariedade, a capacidade de empreender, o partenariatio e a criatividade.

As nossas estruturas de representação, sejam à escala local ou regional, desempenham um papel chave, advindo daí a importância de assegurar a sua representatividade a que se segue o seu reconhecimento.

Para atingir este objectivo de representatividade, afirmamos que é essencial que os diferentes tipos de trocas (intra e inter regionais, e mesmo internacionais) associem os eleitos, os actores e as actrizes do desenvolvimento local e os cidadãos e as cidadãs. Do mesmo modo, insistimos para que sejam reconhecidas as organizações não governamentais (ONG) e todas as instituições da sociedade civil.

Os nossos pedidos

Nós, actores e actrizes do desenvolvimento local, reivindicamos:

- estabelecimento, a nível internacional, de um contrato social que vise a satisfação das necessidades humanas fundamentais e a cuja definição seriam associados os movimentos sociais e os cidadãos e as cidadãs. Um tal contrato social deveria

incluir propostas de soluções aos grandes desafios que nós identificámos;

- reconhecimento pelos governos respectivos da necessidade do desenvolvimento local. Nós pedimo-lhes que considerem os actores locais como parceiros de corpo inteiro e que adoptem as orientações e as políticas sociais e fiscais que favoreçam o desenvolvimento local assegurando a equidade entre as diferentes colectividades.

Os nossos compromissos

Nós comprometemo-nos:

- a promover, favorecer e acentuar o desenvolvimento local na sua dimensão universal para ultrapassar os desafios comuns à escala internacional através de um funcionamento em rede fundada na solidariedade e na partilha de valores comuns;
- a intervir junto dos nossos respectivos governos para que eles façam a escolha do desenvolvimento local estabelecendo novas políticas sociais e económicas;
- a interpelar outros parceiros, nomeadamente as empresas públicas e privadas, para que acentuem a sua participação neste processo de desenvolvimento;
- a exigir dos nossos governos que se retirem das negociações do AMI e de maneira mais geral, da negociação de qualquer acordo dando preferência ao mercado em detrimento da soberania dos Estados;
- a empreender, desde agora até ao ano 2000, uma rede mundial dos actores e actrizes do desenvolvimento local para favorecer o diálogo entre actores e actrizes do desenvolvimento local e seus parceiros e manter em rede as experiências de desenvolvimento local a todos os níveis.

Concluimos assim os encontros mundiais do desenvolvimento local com a convicção que um movimento está em marcha, que acabámos de criar os laços necessários para que a nossa acção local assumia todo o seu sentido na construção planetária. À mundialização neo-liberal opomos a mundialização das nossas solidariedades.

Outubro de 1998

Delos Constellation

Realizou a sua assembleia geral em Siracusa

A Associação Internacional para o Desenvolvimento Local Sustentável – Delos Constellation realizou no passado dia 2 de Outubro em Siracusa, anti-quíssima cidade histórica da Sicília, a sua primeira Assembleia Geral, no quadro do Encontro Internacional denominado “O Desenvolvimento local na Europa e no Mediterrâneo, face aos desafios do século XXI” (ver em anexo “Apelo de Siracusa”).

Participaram cerca de 150 delegados vindos dos diferentes países da Europa e África do Norte, com uma predominância compreensível de italianos. A delegação portuguesa contou com a presença de 12 pessoas, representando entidades associadas e, a convite das entidades organizadoras, com a participação do Director Geral do Desenvolvimento Rural do nosso País, Eng. Miguel Freitas que proferiu uma intervenção muito aplaudida, cujo texto contamos publicar no próximo número.

A Direcção Geral VI da Comunidade Europeia, assim como o Observatório Europeu LEADER e as diferentes Instituições e Entidades públicas e privadas Italianas e estrangeiras parceiras na organização do evento, também se fizeram representar.

Realçamos o facto de ter sido reafirmada a candidatura da DELOS portuguesa à organização dos II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local, candidatura que mereceu o apoio e estímulo da DELOS Internacional e de todos os delegados presentes. Na ocasião, o Director Geral do Desenvolvimento Rural, Eng. Miguel Freitas reafirmou publicamente o empenho do seu Ministério em sustentar conjuntamente com outras estruturas do nosso Governo e das organizações da Sociedade Civil Portuguesa todos os esforços necessários à concretização de tão importante projecto.

No próximo número voltaremos de forma mais detalhada a este assunto sobretudo, para referir o desenvolvimento das decisões ali tomadas.

Está de parabéns a entidade organizadora local, o “relais” DELOS da Sicília CRESM — Centro de Pesquisa Económica e Social para o “meio-dia” da Itália, dirigido e animado por uma grande senhor do Desenvolvimento Local que dá pelo nome de Lorenzo Barbera.

Publicamos aqui a declaração final deste Encontro, que passou a ser chamado “O Apelo de Siracusa”.

O Apelo de Siracusa

Para um movimento do desenvolvimento local



Foto de CRESM



Foto de CRESM

Reunidos em Siracusa (Sicília), de 29 de Setembro a 2 de Outubro de 1999, por iniciativa da Delos Constellation (Associação Europeia para o Desenvolvimento local Sustentado), do CRESM (Centro de Pesquisa e Estudos sociais e Económicos para o Meiojorno), da AICRE e da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário, à volta do tema « O Desenvolvimento local face aos desafios do século XXI na Europa e no Mediterrâneo », actores provenientes de toda a Europa confrontaram as suas experiências e reflexões.

O trabalho e a diversidade de situações que vivem os cidadãos dos países europeus (actuais ou futuros membros da União) reforçam a sua convicção em prol de um projecto de sociedade democrática suportada pelos princípios do desenvolvimento local.

O desenvolvimento local, baseado numa cidadania activa, nas práticas da democracia local participativa e no funcionamento em rede surge como uma resposta adequada aos desafios do próximo século.

O desenvolvimento local permitirá também que a globalização não continue a aumentar as distâncias entre centros e periferias, antes possibilite a todos os territórios transformarem-se em centros com pro-

jecção própria, num funcionamento planetário pluricentrista, valorizando a diversidade de culturas, dos conhecimentos e das populações.

O desenvolvimento local é um projecto de sociedade a construir colectivamente.

Neste colóquio europeu, os participantes apelam ao Parlamento e à Comissão Europeia que afirmem, com veemência, no quadro das políticas da União e das negociações internacionais (OMC,...) a necessidade imperiosa de reconhecer o desenvolvimento local como política europeia, de forma a assegurar um desenvolvimento sustentável equilibrado.

Reconhecem, nas iniciativas comunitárias LEADER +, EQUAL e INTERREG, bem como nos Pactos Territoriais, instrumentos essenciais para uma política de desenvolvimento local e de funcionamento em rede. Pedem que estas iniciativas sejam reforçadas e articuladas entre si.

Pedem igualmente que outros meios sejam colocados à disposição do desenvolvimento local, nomeadamente no quadro do « mainstreaming » das políticas comunitárias e nacionais dos fundos estruturais e que a PAC se oriente para uma política de apoio ao desenvolvimento local em meio rural. Trata-se, em todo o caso, de valorizar as abordagens globais (tal como envelopes globais plurianuais) de desenvolvimento local disponibilizadas pela União Europeia.

Pedem à nova Comissão que favoreça uma cooperação descentralizada e inovadora no quadro do partenariado.

Por outro lado, face aos graves conflitos que surgem em diversos pontos do planeta e que se traduzem num agravamento da exclusão e em graves violações dos direitos humanos e das minorias, os participantes apelam a uma solidariedade generalizada, nomeadamente com os povos da ex-Jugoslávia e de Timor Lorosae.

Os participantes, Delos Constellation, CRESM, CCRE, APURE e Aliança inscrevem a sua acção na sequência das declarações e moções em que participaram na Conferência sobre o Desenvolvimento Rural em Cork (Irlanda), em Novembro de 1996, em Klink (Brandeburgo – Alemanha), bem como Partner, em Sherbroeck (Quebeque) por ocasião dos primeiros encontros mundiais do desenvolvimento local em Outubro de 1998. Esta solidariedade permitirá o reconhecimento mundial da prevalência do direito das pessoas sobre todos os outros, incluindo o dos Estados.

Apelam ainda a todas as redes rurais e urbanas implicadas no desenvolvimento local sustentável que se coordenem de maneira a que surja um movimento mobilizador de todas as energias que emanam desde os mais pequenos territórios da Europa até aos mais altos escalões dos Estados e da União, para afirmar o desenvolvimento local numa rede mundial como uma alternativa política ao modelo dominante e um guia para os novos modelos de governação democrática.

Feito em Siracusa, em 2 de Outubro de 1999



Foto de: Casa do Risco

Casa do Risco

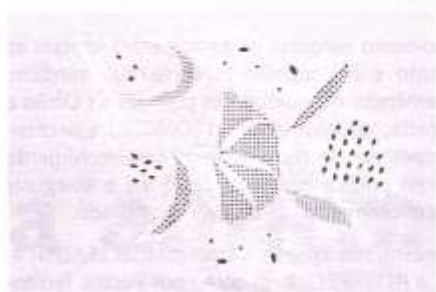


Foto de: Casa do Risco

"Bordados artísticos". Foi assim que um comerciante italiano com uma loja na Madison Avenue, em Nova Iorque, definiu os bordados da Casa do Risco quando os viu pela primeira vez. Encantado com o trabalho das bordadeiras do concelho de Felgueiras, este comerciante e armazenista não hesitou e fez uma primeira encomenda para exposição.

Muito brevemente, ao lado de algumas das marcas mais conhecidas no mundo, estarão os bordados da Casa do Risco. A encomenda está quase pronta. Na Casa do Risco, as peças vão-se juntando e dão-se os últimos pontos. Que mobilizou 15 bordadeiras do concelho de Felgueiras.

Os primeiros "pontos"

Constituída como associação em Agosto deste ano, a Casa do Risco tem, no entanto, por trás uma história de quase oito anos. Tudo começou com um levantamento da situação do bordado na zona de intervenção da ADER-SOUSA, no LEADER I. Sendo o bordado um sector com grande tradição e importância na região, e conhecidas que eram as (más) condições das bordadeiras, a ADER-SOUSA, na altura do arranque do LEADER I, avança com um estudo. Este estudo veio pôr em evidência a situação dramática de algumas mulheres que fazem do bordado a sua principal fonte de rendimento. A primeira questão que saltou à vista tinha a ver com os problemas de sempre dos artesãos: a dependência e incapacidade de domínio no processo de comercialização. A técnica do GAL, Manuela Canelas, que acompanha o estudo, fortemente motivada, torna-se a "animadora" de toda a acção, deixando o GAL para se dedicar totalmente ao projecto que passa a contar com o apoio da Câmara Municipal de Felgueiras. Identificados que estavam os principais estrangulamentos, e que eram, a falta de desenhos, a incapacidade de "riscar" (passar o desenho para o tecido) e a comercialização dos bordados, avança-se para a criação de uma associação tendo em vista o melhoramento da qualidade do produto, por um lado, e da con-

dição das bordadeiras, por outro. A história da Casa do Risco começa aqui. Do Risco porque a fase de passar os desenhos para o tecido é das mais importantes de todo o processo, e aquela onde se identificaram maiores dificuldades.

Para resolver o problema do risco foi feita uma pesquisa que levou à aquisição (e concepção) de uma máquina (ploter) que imprime o desenho directamente no tecido. Para obter os desenhos, que estavam na posse de famílias tradicionais da região, a associação lançou um concurso de bordados antigos permitindo recuperar, seleccionar e aperfeiçoar os desenhos tradicionais da região de grande valor, e afirmar um estilo particular que marca a especificidade deste produto. Através da formação profissional, reintroduziram as técnicas antigas que estavam em desuso. Um dos objectivos da formação é dar às mulheres uma autonomia de execução, desde a concepção até à comercialização, rompendo assim a sua dependência com os comerciantes. Outro é o melhoramento das condições de trabalho eliminando a postura física incorrecta. A formação tem sido assegurada pelo Programa LEADER e pelo Instituto do Emprego e Formação profissional.

A concorrência (desleal) da China

À partida, as bordadeiras do concelho de Felgueiras são talvez as mais qualificadas do país. A questão é o panorama dos bordados a nível nacional. Este bordado, porque é feito à mão, é um produto caro. A Casa do Risco não pode falar de estratégia sem pensar em dois aspectos: a situação das bordadeiras e o mercado do bordado asiático. Mal pagas e sem profissionalização, as bordadeiras estão por sua conta e risco. A nível do produto, a concorrência da China faz com que cada vez se simplifique mais. O bordado perde a identidade.

No concelho de Felgueiras existem, espalhadas por um conjunto de freguesias cujo epicentro é Airões, 250 bordadeiras. Trabalham em casa e são pagas à peça. A maioria (ainda) trabalha para as contratadeiras que têm na mão os desenhos e o circuito de comercialização.

A velha estrada de Amarante é um dos principais eixos de comercialização. Na Lixa começaram a surgir pequenas lojas de bordados e é para aqui que são canalizados as peças. E é por isso que o bordado da região fica conhecido como o bordado da Lixa. Mas não é bem assim. Existem diferenças. Enquanto que nas freguesias do concelho de Felgueiras se borda a cheio (chama-se bordar a cheio quando se ocupa toda a área de um motivo; uma pétala de uma flor, por exemplo, é aquilo que se chama, na terminologia

local, o bordo), na Lixa desenvolve-se sobretudo o ponto de cruz. A riqueza da terminologia é quase tão grande como a riqueza dos motivos e dos pontos. São tão perfeitos que às vezes custa a acreditar que são feitos à mão. Não há máquinas. Há uns pares de mãos. Cada bordadeira tem duas mãos. Com uma borda com a outra puxa a linha.

O próximo passo

Depois de reunirem todos os desenhos, os pontos e as técnicas num manual (um documento interno pois trata-se de um património a acautelar), a Casa do Risco está a trabalhar, neste momento, na certificação. Certificação da identidade; não do produto. A ideia é a Casa do Risco poder passar um certificado de qualidade. Porque a ideia inicial da Casa do Risco é promover a organização das bordadeiras em cooperativa. A Casa do Risco estaria para elas como assessora, apoio. Entregar-lhes-iam uma carteira de encomendas que elas geririam como quisessem. Mas como não há espírito associativo a estratégia vai ter que ser alterada. Criar uma oficina, com 20, 30, 40 mulheres e estabelecer com elas uma relação contratual não está fora de questão. Sobretudo agora que a Casa do Risco se vai mudar para um espaço maior.

O próximo passo da Casa do Risco será a inauguração deste espaço, numa quinta doada pelo padre da paróquia, em Airões, onde a responsável pela Casa do Risco espera vir a instalar um museu e onde estão previstas acontecer em espaços próprios e bem apetrechados todas as fases do bordado. Nessa altura, qualquer pessoa poderá ir à Casa do Risco fazer uma encomenda. As peças em exposição poderão dar uma ideia mas há sempre a possibilidade de acrescentar um monograma para personalizar o trabalho.

A ideia de bordar o logotipo da Casa do Risco nas peças foi dada por uma bordadeira, implica mais uma hora de trabalho, encaixa a peça, mas ainda assim foi aproveitada como uma forma de certificação. A peça é furada num determinado ponto e mesmo que o bordado seja desfeito o furo prova a autenticidade da peça. É, neste momento, e enquanto não existe outra forma de certificação, a garantia Casa do Risco.

Paula Santos

— Casa do Risco — Manuela Canelas
Quinta do Roço — Airões
4610 — Felgueiras
tel. (055) 488 811
fax (055) 488 812
e.mail: casadorisco@mail.telepac.pt

Ficha Técnica

Lugares e Pessoas

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Propriedade:
INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Administração e Redacção:
INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II
Rua Marquesa de Alorna, nº 34 - 2º Esq.
1700-304 LISBOA
Tel. 21.8446595 | Fax 21.8446623
Email: caleader@inde.pt

Mensário

Director: Samuel Thirion

Editor: Camilo Mortágua

Chefe de Redacção:
Francisco Botelho

Editor Gráfico: Ana Alvim / Isto É

Redacção: Paula Santos,
Rosário Aranha

Foto da Capa:
Penhas da Saúde | Paula Santos

Colaboram neste número: Luís Chaves; Maria do Rosário Serafim.

Impressão: Tipografia Silvas, CRL
Rua D. Pedro V, 122 - 1º E
1250-094 LISBOA

Número de exemplares: 3.000

Depósito Legal nº 142 507/99

